



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANA E JURÍDICAS
CURSO DE HISTÓRIA**

O GRUPO DOS ONZE NO BRASIL E NO VALE DO TAQUARI

Rejane Zonatto

Lajeado, dezembro de 2010

Rejane Zonatto

O GRUPO DOS ONZE NO BRASIL E NO VALE DO TAQUARI

Monografia apresentada no Curso de Graduação em História como exigência parcial para a obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando da Silva Laroque.

Lajeado, dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora tão esperada, estou concluído o Curso de História e os sentimentos se confundem: alegria, tristeza, saudades... Levarei comigo lembranças que certamente me farão sorrir, pois venci os desafios a mim propostos e a coroação deles é a formatura.

Em nossas vidas, poucas são as conquistas, que não necessitamos de auxílio para que sejam alcançadas. No decorrer de meu aprendizado e crescimento pessoal muitas foram às pessoas que me ajudaram e para as quais deixo meu eterno muito obrigado e saibam que sempre os levarei no coração, mesmo que o tempo nos separe.

Aos meus pais que me deram a vida e foram meus primeiros mestres, os professores do certo e do errado.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados que me estenderam as mãos quando a eles solicitei.

Aos grandes amigos, que juntos constituímos uma grande família e foram meu suporte quando de apoio necessitei.

Aos amigos do coração sempre dispostos a colaborar.

Aos colegas do Curso de história sempre trocando experiência, construindo amizades.

A colega e amiga Mara por todos os momentos de aprendizado e de amizades que me proporcionou.

Aos professores do Curso de História, da Univates, que sempre foram solícitos nas orientações e aumentaram o meu interesse pela história.

Ao Professo Luiz Fernando Laroque por ter acreditado na viabilidade desta pesquisa e sua orientação segura e amiga.

Aos entrevistados que se mostraram solícitos em me ajudar, deixando que eu leve a público parte de suas vidas com os quais juntos deixaremos registros para a historiografia.



“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa do outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura, enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina” (Cora Coralina).

RESUMO

Os Grupos dos Onze, organizados por Leonel Brizola, em fins de 1963, tiveram vida curta, foi um movimento em defesa da democracia brasileira, através da luta pelas reformas de base. Este movimento foi sustado quando os militares e a direita conservadora, em busca de aumentarem seu poder, entraram em confronto com a esquerda e deflagraram o Golpe Militar de 31 de março de 1964. Os Grupos dos Onze foram usados como subterfúgio para o alcance do poder, visto que se apoderaram deles para desencadear a campanha anticomunista a qual povoou o imaginário das classes conservadoras da época. Analisamos, neste trabalho, a formação dos Grupos dos Onze, com ênfase para o Vale do Taquari, onde também se disputava espaço político e a busca do poder, embasados em referenciais teóricos de Francisco Falcon (1997); Michael Foucault (2006) e Maria Helena R Capelato (1996). Como esta temática, na região em estudo, é nova partimos para o estudo de casos através de fontes orais e documentais como atas das câmaras de vereadores e processos indenizatórios. Dividimos o trabalho em três capítulos: o primeiro com os principais acontecimentos desde a proclamação da república até o ano de 1979 com a lei da anistia; o segundo pontua a formação e o fim dos Grupos dos Onze por meio da busca do poder pelas elites e o terceiro busca elucidar se Grupos dos Onze se formaram na área de pesquisa e o imaginário que se constituiu sobre eles.

Palavras-chave: Grupo dos Onze. Democracia. Golpe; Poder; Comunismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 BRASIL, OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA.....	16
3 OS PORQUES DOS GRUPOS DOS ONZE: DO GERMINAR AO DESAPARECIMENTO, UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	36
3.1 A mídia e o Grupo dos Onze.....	37
3.2 Imaginário e teses sobre o Grupo dos Onze.....	44
3.3 A queda do governo e o fim do Grupo dos Onze.....	48
3.4 Os Grupos dos Onze e o comunismo.....	55
3.5 Os grupos dos Onze no Rio Grande do Sul e as perseguições.....	57
4 O GRUPO DOS ONZE NO VALE DO TAQUARI: IDEOLOGIAS, PERSEGUIÇÕES E PRISOES.....	63
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos a sociedade em que vivemos, é necessário conhecermos sua história. Tendo como agente principal de pesquisa a formação do Grupo dos Onze no Brasil e no Vale do Taquari, pretendemos com este trabalho de pesquisa sobre os acontecimentos de cunho político que ocorreram em referência ao Golpe Militar de 31 de março de 1964, entender o processo de construção da sociedade brasileira e regional assim como os levarmos ao conhecimento público.

O Brasil no início dos anos sessenta passava por um período de conturbada vida política, a qual vinha se estendendo desde a década de 50 com o retorno de Getúlio Vargas à presidência. Janio Quadros, em 1961, renunciou à presidência e os militares e udenistas tentavam impedir a posse do vice, João Goulart, que se encontrava em viagem ao exterior, pois muitos o viam como defensor do comunismo. Brizola, percebendo que Jango estava na eminência de não assumir a Presidência da República, lançou, no Rio Grande do Sul, um movimento que entrou para a história como A Crise da Legalidade, quando sob forte apelo popular convocava o povo gaúcho a lutar para a efetivação de Jango na presidência.

Em outubro de 1963, a crise no Governo de João Goulart se acentuava. Brizola, conhecedor do carisma que exercia sobre o povo, já comprovado com a Legalidade, percebeu que novamente poderia se unir a ele para juntos pressionarem Jango a tomar uma decisão no tocante às Reformas de Base e a defender o governo de um possível golpe que suspeitava estar se organizando por pessoas não simpatizantes com o governo.

Para unir o povo, teve a ideia da formação dos “Grupos dos Onze”. Estes grupos de onze pessoas tinham um dos membros que exerceria a função de líder. Estes grupos visavam se unir uns aos outros até formarem um grande grupo em defesa da democracia. Os grupos dos Onze tiveram grande repercussão na época e atuaram como pano de fundo para os militares implantarem o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

O tema de estudo despertou nossa atenção, por ter ocorrido na década em que nascemos, sendo que desde criança, quando ingressamos nos bancos escolares escutávamos falar nos governos militares e em suas bravas conquistas. Em épocas de eleições, quando os comícios eram realizados pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), todo mundo sorria e participava, quando eram realizados pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) havia um clima de insegurança e medo. Mais tarde com a abertura política cursando o ensino médio, escutávamos Brizola de ser chamado carinhosamente de “Tio Briza” ocasionando em nós simpatia por ele.

No decorrer do curso de História, em roda de chimarrão com amigos, onde discorriamos sobre governos, ouvi de um senhor que, em Lajeado, haviam formado um Grupo dos Onze e os supostos integrantes do grupo se reuniam no Campo Agropecuário de Lajeado, onde hoje temos a UNIVATES. Encontrei com isto o tema para o trabalho de conclusão do Curso de História.

A temática é nova e pouco explorada, pelo fato de ter se passado em uma época pouco distante, onde a maioria dos agentes ainda se fazem presentes o que requer muito cuidado, pois assim como pode elucidar alguns casos e registrar para a história acontecimentos de suma importância para o entendimento de nossa sociedade, pode abrir feridas que até então estavam consideradas cicatrizadas. Outro fato importante a ser considerado é a cumplicidade com os acontecimentos, pois devemos verificar a veracidade dos fatos.

O Golpe Militar foi implantado em 31 de março de 1964, destituindo João Goulart da presidência, pondo fim ao estilo populista de governar. Este estilo foi criado por Getúlio Vargas, quando assumiu a presidência da república em 1930 e deixou o Brasil por 21 anos sob um regime militar, no qual não existia liberdade democrática. Os antecedentes do golpe foram criados aos poucos, desde a proclamação da República quando a elite cafeicultora assumiu o poder e colocando os militares como seus subordinados. No decurso da história

brasileira, a luta pelo poder sempre se fez presente. A própria destituição da monarquia foi consequência desta disputa e, ao longo dos anos, diversas crises políticas foram se sucedendo entre o poder estabelecido por um grupo e as pretensões de outro que pretendia assumir a presidência do Brasil.

Como já pontuado, o estudo é novo e para a viabilidade e eficácia dele teremos que recorrer à história oral, para junto com a parca literatura e as notícias divulgadas nos periódicos da época e acervos públicos como câmara de vereadores, procurarmos analisar a formação dos Grupos dos Onze.

Para melhor viabilizar este estudo, se faz necessário delimitarmos o espaço e o tempo. Para a delimitação espacial, escolhemos Lajeado por ser o município do Vale do Taquari com maior representação política e os municípios de Estrela, Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio com os quais possuía suas divisas geográficas na época pesquisada. Como delimitação temporal optamos pelas décadas de 1960 e 1970, tendo como marco inicial o ano de 1963, quando Brizola propôs a formação dos Grupos dos Onze e marco final o ano de 1979 quando foi concedida a anistia a Brizola e ele retornou ao Brasil.

Brizola havia alcançado notoriedade nacional, após ser eleito Governador do Rio Grande do Sul e desencadeado o movimento da Legalidade. Frente a isso problematizamos: Como deu-se a formação dos Grupos dos Onze em distantes regiões do Brasil? Como estes grupos teriam ou não se formado nos municípios que atualmente compõem o Vale do Taquari? A formação dos Grupos dos Onze proposta por Brizola visava às defesas democráticas como as reformas de base e à libertação da pátria da espoliação internacional? E no Vale do Taquari como estas propostas foram tratadas pelos petebistas?

Em relação à problemática apresentada temos como hipóteses o seguinte: Houve somente a tentativa de formação dos Grupos dos Onze em muitas regiões do Brasil, assim como no Vale do Taquari. No entanto, em todas elas não chegaram a se formar nos moldes propostos por Brizola, pois não tiveram tempo para a efetiva organização, visto que o golpe foi dado antes do esperado e as pessoas começaram a serem denunciadas e perseguidas pelos militares.

No que tange a segunda hipótese a formação dos Grupos dos Onze proposta por Brizola, esta visava à defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, no sentido de pressionar o Congresso Nacional aprovar as reformas de base, principalmente a Reforma Agrária e Urbana, pois Brizola acreditava que somente sob forte apelo popular estas reivindicações seriam atendidas, bem como lutar para libertar a pátria da espoliação internacional. Junto a estas reivindicações, defendidas por Brizola, devemos considerar o seu desejo de aumentar sua liderança popular para no futuro poder disputar eleições presidenciais.

A outra hipótese é que a região do Vale do Taquari caracteriza-se pela predominância de pequenos proprietários o que não proporcionaria a luta pela Reforma Agrária na região. Os envolvidos na tentativa de formação do Grupo dos Onze eram pessoas, na maioria jovens e idealistas, que se sensibilizavam com os discursos de Brizola e nele enxergavam um líder e abraçavam a luta mas, muitas vezes, sem saber exatamente o que buscavam. Outras eram pessoas que seguiam a ideologia do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), desde a sua formação por Getúlio Vargas e, posteriormente, com o carisma de Brizola que o sucedeu na liderança do partido. Neste sentido, estas pessoas almejavam melhorias em suas comunidades e das condições de vida de seus membros.

O objetivo geral da pesquisa é estudar a história política e social brasileira, através dos movimentos de contestação ao Golpe Militar de 1964, criados a partir da formação dos Grupos dos Onze enfocando mais precisamente os municípios de Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio. Como objetivos específicos, buscamos: a) Estudar os antecedentes do Golpe Militar de 31 de março de 1964; b) Identificar os motivos, pelos quais os Grupos dos Onze tiveram tanta repercussão nacional; c) Analisar a formação dos Grupos dos Onze no território brasileiro e mais precisamente no Vale do Taquari; d) Identificar o perfil das pessoas que faziam parte dos Grupos dos Onze no Vale do Taquari e sua relação com a sociedade; e) Investigar a inter-relação dos Grupos dos Onze que se tentaram formar no Vale do Taquari e a relação que mantinham com os partidos políticos; f) Verificar as formas de repressão política, às quais estiveram submetidas as pessoas que se identificavam com os Grupos dos Onze.

Justificamos a escolha da temática porque, até a presente data, não temos conhecimento de trabalhos que tratam da formação destes grupos no Vale do Taquari, a não ser em publicações de jornais da região. Ressalta-se ainda que a maioria das pessoas com

quem conversamos sobre a questão desconhecem a criação destes grupos por Leonel Brizola e demonstraram interesse no assunto o que nos instigou a levar adiante a pesquisa.

O tema e o recorte pesquisados são importantes para conhecermos a história e os conflitos políticos da região do Vale do Taquari em um período não muito distante, em que a repressão se manifestou através de denúncias e perseguições de ordem política às pessoas que eram “classificadas” como petebistas, comunistas e/ou integrantes dos “Grupos dos Onze”. Sabemos que para muitas pessoas este tema pode trazer lembranças dolorosas a respeito de torturas físicas, morais e psicológicas ou até mesmo de vergonha, por terem sido vítimas ou agressores neste período. No entanto, essas pessoas são agentes relevantes da história política e social e estas informações são importantes para a compreensão deste período.

Com este trabalho, estamos criando espaços de estudo sobre a história da região do Vale do Taquari saber o acontecimento em questão dos homens que a construíram, possibilitando-nos compreender sua inserção no meio político, cultural, social e econômico, em nível estadual e nacional, visto que até o momento, conforme mencionamos, isto ainda não foi realizado tratando-se dos “Grupos dos Onze”.

Como base teórica para a análise e a discussão da temática apresentada, com o intuito de realizar este estudo, faz-se necessário recorreremos a alguns autores que trabalham conceitos que estão direta ou indiretamente relacionados com o tema. Um destes conceitos que nos faz refletir e entender as disputas políticas nas sociedades é o conceito “poder”, o qual merece atenção especial, pois nem uma organização política poderia existir sem o emprego do mesmo.

Para Francisco Falcon (1997), história e poder são como irmãos siameses, olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. O poder pode ser visto como objeto de investigação/produção ou como agente instrumentalizador da oficina de história. Durante séculos, a história política tradicional - prisioneira da visão centralizadora e institucionalizada do poder - definiu temas, objetos, princípios e métodos, com pretensões de ser a depositária da memória. A ela coube a tarefa de ensinar e lembrar.

Nos anos 70, a historiografia levou a história política a um lugar secundário, como história factual. A escola passou a estudar as relações de poder entre os diversos lugares como

o estado, a família, a própria escola, ou seja, em diferentes práticas sociais, como poder de dominação. O estudo político permite compreender, não mais a política no seu sentido tradicional, mas em níveis de representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Roberto Machado, prefaciador da obra de Michael Foucault (2006), enfatiza que não existe algo unitário e global chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas, em constantes transformações. O poder é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Segundo o autor, para Foucault toda a teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua particularidade, formulando conceitos que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado.

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que ninguém escapa. Não existe o lado dos que possuem o poder e o lado dos que são dele alijados, pois o poder não existe. O que existe são práticas ou relações de poder. Ele funciona como uma máquina que se dissemina por toda a estrutura social, pois nada está isento do poder e qualquer luta é sempre de resistência dentro do poder que se alastra por toda a sociedade. Onde há poder há resistência, não existem lugares de resistência, mas, sim, pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Algumas teorias definem o poder como direito cedido, alienado, para construir a soberania e que tem como instrumento privilegiado o contrato. Por outro lado, é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga, pois a dominação capitalista não poderia se manter exclusivamente baseada na repressão, o poder possui positividade. Não lhe interessa expulsar os homens da vida social, mas, sim, criar condições em que seja permitido o uso de sua força máxima, aproveitando suas potencialidades num sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo. São objetivos econômicos e políticos, onde o homem, ao se tornar força de trabalho, passa a possuir utilidade econômica, diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência de luta, de insurreição contra as ordens do poder, isto é, torna os homens dóceis politicamente. É um poder disciplinar que não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica.

Maria Helena Capelato (1996), no artigo História Política, ressalta que, no Brasil, mesmo com a transição do regime militar para os democráticos, persiste uma política autoritária e excludente, a qual prejudica a consolidação de novos padrões políticos. O povo continua sendo vítima e vivendo à margem da história que o exclui e o aprisiona tornando-o resistente. Mas, a que tipo de resistência se está falando? Das lutas contra o poder ou dos grupos dominantes às recusas aos valores e comportamentos impostos? Resistência poderia significar luta, mas também a independência, a autonomia, a liberdade de expressão e conduta. A autora pergunta se tudo isto poderia estar encobrendo uma dificuldade de se analisar a multiplicidade e complexidade dos acontecimentos que compõem a história política brasileira.

Outra questão levantada é a dificuldade de se relatar e analisar os entrelaçamentos de conquistas e derrotas que caracterizam as histórias políticas, pois tanto os vencedores como os derrotados tendem a apagar da memória as lutas do passado e do presente, as quais remetem o historiador a um eterno recomeçar.

Para a elaboração desta pesquisa, pretende-se recorrer a biografias que trabalham a história política, social e econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul, desde a Proclamação da República até os anos oitenta do século XX. O estudo dos anos anteriores é importante para a delimitação espacial do tema, pois ele nos possibilita entender as características e as causas que levaram Leonel Brizola a criar os “Grupos dos Onze” e a sua curta duração, pois tiveram fim com a implantação do Golpe Militar de 31 de maio de 1964.

Para a contextualização do período em estudo, as principais obras que trabalham a temática em nível nacional, as quais estão entre as que usaremos como fontes são: O livro “Brasil: De Getúlio a Castelo” (1982) de Thomas Skidmore pode ser considerado uma das obras mais completas sobre o Brasil no período de 1930 a 1964; Em “História do Brasil Contemporâneo” (2000), Luiz Roberto Lopes faz uma breve história do Brasil, falando desde a expansão e a crise do segundo império até o governo de Fernando Henrique Cardoso; “História do Brasil” (2000) de Boris Fausto que estuda a expansão marítima e a chegada dos portugueses ao Brasil até a década de 80.

Em termos de Rio Grande do Sul, dentre as obras usadas citamos dois livros: “História do Rio Grande do Sul” (2002), Sandra Pesavento, a qual faz uma resumida viagem pelo Rio Grande do Sul. Inicia o livro no século XVI, com as expedições litorâneas de exploração chega aos Sete Povos das Missões, Revolução Farroupilha, instalação da República, Positivismo, Revolução de 30, Estado Novo e Populismo, sempre no cenário gaúcho, falando da economia, política e sociedade. No final de cada capítulo criou uma linha do tempo, relatando o que acontecia no plano internacional, nacional e estadual. O outro livre é de Fábio Kühn, “Breve História do Rio Grande do Sul” (2004), que registra os episódios de maior impacto no Rio Grande do Sul. Sua obra inicia com as origens do povoamento, passando pela vida política, econômica e social do estado, até o período em que o Brasil foi governado pelos militares.

A nível regional “Lajeado I”, do Professor Alfredo Schierholdt (1992), traça a história de Lajeado desde a Pré-História, passando pela colonização e independência administrativa, chegando ao ano de 1991. Para se conhecer a história política do município de Lajeado é importante sua leitura, pois ele pontua esta questão dando ênfase às principais realizações de cada governo.

Dentre as fontes documentais, apontamos os Livros Tombos (1881-1930) Vol. I; (1930-1941) Vol II; (1942-1961) Vol III e (1962-1094) Vol IV, os quais se encontram na Paróquia Santo Inácio de Loyola, em Lajeado. Estes livros foram escritos pelos párocos que administravam a paróquia e neles encontramos informações de relevância histórica que dão subsídios para a elaboração deste trabalho.

Para viabilizar o estudo na região do Vale do Taquari, utilizaremos a história oral, pois diante da falta de documentos oficiais sobre a formação dos “Grupos dos Onze” e a história política do Vale do Taquari é necessário sairmos a campo e realizarmos este tipo de pesquisa. Muitos historiadores estão utilizando esta metodologia, pois através das entrevistas podemos construir documentos históricos recentes. Jorge Eduardo Aceves Lozano (2002) diz que: “[...] Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”.

Para Thompson (1992), a história oral, vista por um historiador criativo, fornece uma fonte rica e variada de informações. As experiências de vida das pessoas de todo o tipo passa

ser utilizada como matéria prima, dando nova dimensão à história. O historiador oral pode escolher a quem entrevistar e o que perguntar e, ao mesmo tempo, a entrevista pode ser um meio de descobrirmos documentos escritos e fotografias que, dificilmente, de outro modo, seriam localizadas.

Através da história oral não estamos, apenas, documentando o passado, mas dando voz aos dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc). Documentamos a história do cotidiano e da vida privada, a história local e enraizada, à medida que damos preferência a uma “história vista de baixo”. Deixamos de estudar, somente, a história das estruturas e das estratificações sociais e passamos a dar voz a uma história social das percepções, das práticas e das apropriações das pessoas até então excluídas da história (FRANÇOIS, 2002).

Como fontes orais, temos oito entrevistas realizadas com pessoas que estavam relacionadas ao Grupo dos Onze, em Porto Alegre, Lajeado, Estrela e Cruzeiro do Sul ou detinham a função de líderes na região em estudo.. A partir dos depoimentos destas pessoas e da autorização para o uso neste trabalho, podemos transformar estes depoimentos em documentos da história recente do Brasil, os quais se caracterizam por seu ineditismo e dão credibilidade à execução deste projeto. Para dar maior credibilidade e suporte às entrevistas recorreremos as ATAS das Câmaras de Vereadores de Lajeado e Arroio do Meio e ao Processo de Indenização – Antecedentes Políticos número 006255 – 12.00 SJS 98.7 expedido em 13 de agosto de 1998.

Em relação à historiografia que estuda os Grupos dos Onze, encontramos dois livros. São obras que estudam situações locais apresentando um panorama das relações de poder entre o poder local, o poder estadual e o poder nacional.

“Os grupos dos Onze: Uma insurreição reprimida” (2003), de Elenice Szatkoski (2003): trata-se de uma das primeiras publicações referentes à formação do Grupo dos Onze. Neste livro, a autora estuda a Formação do Grupo dos Onze na região do Médio Uruguai e o desencadeamento das perseguições, prisões e torturas que os militantes do PTB sofreram após o golpe de 1964, diante das denúncias que sofreram por parte dos antibrizolistas.

“Onde Estão Os Grupos dos Onze” (2005), de Marli de Almeida Baldissera, também é um clássico sobre a formação dos “Grupos dos Onze”. A obra faz uma análise do papel da imprensa falada e escrita em relação aos Grupos dos Onze e estudo de casos na região do Alto Uruguai através de inquéritos policiais militares e de depoimentos orais.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, faremos uma retrospectiva histórica, partindo da República Velha com a política do café com leite, passando pela criação da República Nova, a tomada do poder por Getúlio Vargas que deu origem aos governos populistas, que se estenderam até abril de 1964, e posterior implantação do Estado Novo sob regime autoritário até sua morte em 1954. Na sequência, os demais governos, com ênfase para o de João Goulart e a luta de Brizola na defesa de suas ideologias políticas, até o Golpe Militar desferido pelos militares e o início da abertura política.

No segundo capítulo, estudaremos a formação dos Grupos dos Onze e o seu desaparecimento depois do Golpe Militar, onde procuraremos entender o papel da mídia falada e impressa, a qual foi usada por Brizola para divulgar os Grupos dos Onze, assim como pelos militares e udenistas para se apoderarem do poder. Tentaremos compreender o imaginário popular criado sob a iminência de um golpe comunista e as armadilhas para a deposição do Presidente João Goulart, desencadeando o fim dos grupos e as perseguições de que foram vítimas seus militantes até o início da abertura política.

No terceiro capítulo, estaremos pontuando os fatos acontecidos em relação ao Grupo dos Onze na área de pesquisa, ou seja, em Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio. Procuraremos verificar se aqui se formaram Grupos dos Onze, e os motivos que desencadearam o movimento de apoio a Brizola. Quais as formas de repressão que foram usadas para calarem os simpatizantes de Brizola e a relação dos diversos Grupos dos Onze aqui formados e entre as diferentes lideranças políticas estabelecidas na região estudada.

2 BRASIL: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA

A temática deste trabalho trata a respeito da formação dos Grupos dos Onze no Vale do Taquari, mas primeiramente é necessário entender os antecedentes políticos e sociais do Estado Brasileiro. Isto porque o Brasil, desde sua proclamação como república, passou por diversas crises políticas, onde diferentes correntes ideológicas tentavam assumir seu governo.

O Golpe de Primeiro de Abril de mil novecentos e sessenta e quatro, que tirou da presidência da república João Goulart, é um divisor na história política do Brasil. Ele pôs fim a um estilo populista de governar, criado por Getulio Vargas, quando este assumiu o governo do Brasil em 1930 e que foi se propagando até 1964, data em que os militares assumiram a presidência.

Um dos fatores que podem levar a crer que o golpe deu certo foi a falta de uma esquerda unificada, pois havia diversos líderes esquerdistas, os quais não tinham uma inter-relação coesa capaz de atingir as massas populares. Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se destacava enquanto líder de esquerda. Sua carreira política, até então, era cheia de êxitos, culminando com a eleição, em 1962, que o colocou no poder como deputado federal pelo então Estado da Guanabara.

Para entendermos o Golpe de 1964, período em que os militares assumiram o governo no Brasil, é necessário retrocedermos aos períodos que o antecederam. Iniciamos com a República Velha (1889 a 1930) época caracterizada pela predominância da política conhecida como “Café com Leite”, onde as oligarquias rurais paulistas e mineiras dominavam o cenário político. A disputa pela presidência do Brasil, segundo Luis Roberto Lopes (2000), se

manifestava quando estes estados se dividiam no comando do Brasil como, por exemplo, em 1910, ocasião em que Minas Gerais, apoiado pelo do Rio Grande do Sul, elegeu Hermes da Fonseca, militar gaúcho, para a presidência da União. Sobre isto temos:

[...] Todavia o Rio Grande conseguia atenuar o domínio do centro cafeeiro através de uma política de “barganha”. Nos quadros da República Velha, o Rio Grande do Sul era o que se considerava um “grande eleitor”. Com numerosa bancada no Congresso o estado tinha grande peso nas decisões parlamentares: o que era um triunfo para barganhar atitudes do centro a seu favor. Além disso, até 1925, a atuação do Senador Pinheiro Machado, que controlava a comissão parlamentar incumbida de reconhecer ou não a eleição dos membros do Congresso, era outro dado que favorecia o Rio Grande [...] (PESAVENTO, 2002, p.82).

A disputa pela presidência da República nada mais é do que busca do poder. Poder este que pode ser para governar de forma autoritária, onde o povo não tem o direito de expressar seu desejo ou, democraticamente, quando o povo é convidado a opinar e, partindo de suas pretensões, se governa. Para Roberto Machado, prefaciador da obra de Michael Foucault (2006), o poder não é algo unitário e global, mas formas díspares, heterogêneas, em constantes transformações. O poder é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Entre 1917 e 1919, ocorreram várias greves e agitações sociais, nas áreas urbanas industriais do país, as quais, embora de pouco alcance, serviram para assustar a classe dominante e abalar as estruturas vigentes. Esses movimentos também contribuíram para a falência do modelo agroexportador e do exército, que reivindicava maior participação política, favorecendo o surgimento da Revolução de 1930 (LOPES, 2000).

Reportando-nos ao Rio Grande do Sul com a proclamação da República, em 1889, um novo partido assume o poder, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), o qual optou por governar autoritariamente, causando forte oposição, materializada na Revolução Federalista (1893 -1895). Com o apoio do exército brasileiro, o PRR venceu a revolução e se consolidou no poder com Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e seus seguidores por 40 anos (KÜHN, 2004).

Em nível social, a situação não se apresentava tão calma aqui no Rio Grande do Sul. Durante a Primeira Guerra, ondas de greve agitaram o estado, culminando em um movimento que paralisou a capital, Porto Alegre, em 1917. Os grevistas estavam organizados em

sindicatos liderados pelos anarco-sindicalistas, favoráveis à negociação direta entre patrões e empregados e o não engajamento político partidário do operário legitimava o sistema político excludente, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil (PESAVENTO, 2002).

Com a pecuária em crise no Rio Grande do Sul, os criadores de gado e divergentes ao governo de Borges de Medeiros exigiam do estado um posicionamento de classe com uma política voltada para a salvação da pecuária. Borges de Medeiros optou por dar continuidade à política econômica de desenvolvimento global da economia gaúcha, levando os oposicionistas, sob a liderança de Assis Brasil, a pegarem as armas e declararem a “Revolução de 1923” (PESAVENTO, 2002).

O movimento revolucionário terminou em um acordo conhecido como o “Pacto de Pedras Altas”, em que Borges de Medeiros não se candidataria mais ao governo do estado, após o fim de seu quinto mandato, a Constituição Positivista de 1891 seria revista. Com o fim do governo de Borges, em 1928, quem assume o governo é Getúlio Vargas (PRR), republicano da segunda geração. Seu governo foi voltado aos interesses dos produtores, com a criação do Bannisul e a redução das tarifas ferroviárias. Políticos gaúchos criaram a Frente Única Gaúcha, (FUG) unindo republicanos e oposição em apoio à candidatura de Vargas ao governo federal (KÜHN, 2004).

Em março de 1930, conforme Skidmore (1982) houve eleição para a presidência do Brasil, na qual Getúlio Vargas era candidato de oposição, sendo mais uma vez derrotado. Até então, o governo brasileiro mudava de comando, pois, através de um golpe, uma nova elite assumia o poder, visando defender os seus próprios interesses. No entanto, em novembro de 1930, a Aliança Liberal (AL), com o apoio de um grupo de oficiais revolucionários, conseguiu enfraquecer o governo de Washinton Luis e fazê-lo abandonar o cargo. Isto possibilitou que Getúlio Vargas, líder incontestável do movimento de oposição, assumisse a Presidência da República em caráter provisório.

A Revolução de 1930 e em especial o Estado Novo, assim chamado o período entre 1937 a 1945, foram anos de redefinição das hierarquias sociais e políticas brasileiras. Em termos políticos podemos dizer que, até então, o Brasil vinha sendo governado pelas elites estaduais, mas com a implantação do Estado Novo estas oligarquias estaduais cedem lugar para a formação dos governos nacionais, mas não menos centralizadores. Grosso modo,

ocorreu a entrada de um novo grupo dominante na política nacional, isto é, os partidos políticos foram substituídos, na Revolução de 1930, por lideranças políticas nacionais.

Com Getúlio vitorioso na Revolução de 1930, iniciou-se o período chamado de República Nova que se estendeu de 1930 a 1937. A economia brasileira havia sido atingida pela crise de 1929 e era necessário eliminar a dependência do café nas exportações, incentivando a produção de outros gêneros agrícolas e o crescimento industrial. Foi um momento de transição econômica em que o Brasil passou de um estado arcaico para um Brasil moderno.

No Vale do Taquari, precisamente em Lajeado, também é possível observar a esperança que o povo depositava no novo governo e o sonho por melhores dias. Neste sentido, no Livro Tombo de 1930-1941, (folhas 5 e 20) informa que o clero convocava o povo de Lajeado e da região a apoiar Getúlio Vargas, candidato a presidente da república, deixando a critério dos sacerdotes se acompanhariam ou não as tropas de Getúlio nesta luta. Aos que rezavam missas, solicitavam para não esquecer de agradecer pelo fim da luta armada e o início de uma nova era que seria de progresso e prosperidade.

Sem receitas para importar produtos manufaturados, o Brasil precisou suprir os produtos industrializados incentivando a indústria nacional. Vargas manteve a taxa cambial baixa, barateando as exportações e aumentando o custo das importações, estimulando, desta forma, o consumo do produto nacional. Foi nesta época de progresso industrial que o surto inflacionário começou, mostrando-se assíduo companheiro do fenômeno “industrialização e urbanização” (LOPES, 2000).

Se no plano econômico o Brasil estava em um momento de transição, a estrutura do poder oligárquico entrava em falência. A oligarquia cafeicultora estava fora do poder, mas não havia outra elite agrária capaz de substituí-la e, da mesma forma, a burguesia industrial não estava suficientemente coesa, forte e organizada para governar. Segundo Sandra Pesavento (2002), o estado constituído após 1930 foi uma coalizão entre as diferentes frações da burguesia nacional (agrária, comercial, industrial e financeira).

A Revolução de 1930 abriu uma brecha no monopólio da oligarquia, permitindo que diversas forças sociais reformistas impedidas de se manifestar pela República Velha

surgissem. O Partido Comunista do Brasil (PCB) teve sua primeira grande oportunidade com o fracasso do Tenentismo e a fragilidade da constituição de 1934 (LOPES, 2000)

O modelo de governo implantado por Getúlio Vargas e os que o sucederam até o Golpe de 1964 ficaram conhecidos como “Governos Populistas”. Por definição, segundo Lopes (2002), populismo significa política de massas, ou seja, política que utiliza as massas como elemento das regras do jogo. No Brasil, o populismo surgiu no momento em que o povo passou a ser instrumento de reivindicação orientada pelo estado, que o mantinha sob controle, consolidando o progresso industrial dentro de um esquema intervencionista

[...] Pelos difíceis caminhos que escolheu, revelou singular habilidade. Ligado aos setores conservadores em 1937, Getúlio Vargas deu uma guinada à esquerda e reforçou o populismo para se manter, quando esteve para cair em 1945. Voltou em 1951 comprometido com a mesma orientação adotada em 1945. Sua morte em 1954 e a carta-testemunho permitiram que se estabelecesse uma linha divisória nítida entre os interesses das camadas populares e os da classe dominante (LOPES, 2000, p. 68).

Conforme Foucault (2006), o poder é constituído de objetivos econômicos e políticos. O homem, ao se tornar força de trabalho, passa a possuir utilidade econômica, diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência de luta, de insurreição contra as ordens do poder, isto é, torna os homens dóceis politicamente. É um poder disciplinar que não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica.

O Rio Grande do Sul, durante o período da República Nova, mantinha sua economia baseada na agropecuária, tendo o charque como principal produto gaúcho. Mas, através do cultivo de trigo, arroz, milho (voltado para a suinocultura), cebola e a fruticultura, a agricultura gaúcha começou a se destacar. Em nível nacional o Rio Grande do Sul era visto como fornecedor de alimentos para o mercado nacional (PESAVENTO, 2002).

Flores da Cunha, interventor do Estado, era o grande aliado de Getúlio Vargas durante a Revolução Constitucionalista (1932), liderada por Borges de Medeiros que apoiava os paulistas, os quais exigiam a reconstitucionalização do país. Tendo terminada a revolução, Flores da Cunha organiza o Partido Republicano Liberal (PRL) o qual apoia Getúlio Vargas. Como programa de partido constava a reforma para o desenvolvimento econômico do estado que iria integrá-lo ao mercado nacional (KÜHN, 2004).

Em 1934, termina o governo provisório de Getúlio Vargas, mas ele permanece como presidente eleito, indiretamente, pela Assembleia Constituinte, que havia elaborado a Constituição. Neste mesmo ano, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha passou a ser governador, também eleito, indiretamente, pela Assembléia Estadual, mantendo o PRL como partido da situação. Flores da Cunha, para consolidar seu poder, tenta desenvolver uma política nacional, ao melhor estilo de Pinheiro Machado, com o intuito de interferir nas decisões governistas de Getúlio Vargas. Orientava seus partidários e deputados federais resistirem às iniciativas autoritárias e centralizadoras do governo federal. Esta atitude iria desgastar sua imagem perante Getúlio Vargas, pois passava a interferir na aplicação da política centralizadora que o presidente tentava implantar no Brasil. O desfecho disto foi a cisão, no Estado, do Partido Republicano Liberal (PRL) e o Partido Liberal (PL), provocada por Getúlio Vargas, que queria enfraquecer a base de sustentação política de Flores da Cunha.

Enfraquecida a oposição, Vargas precisava de um pretexto para implantar o golpe de estado, o qual veio em nome da segurança nacional, sob o pretexto de proteger o país do comunismo. Góes Monteiro, impaciente diante das manobras políticas do governo, consegue repassar a Vargas um documento falso que denunciava uma trama comunista. Isto acelera o Golpe conforme temos:

[...] Apresentaram uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, fabricada, como sugeria o título, pelos integralistas e entregue a Góes Monteiro por um oficial integralista, o Capitão Olímpio Mourão Filho. Foi levada a Dutra e Getúlio, que a aprovaram como pretexto de seu golpe. A 30 de setembro, Dutra denuncia a trama comunista revelada pelo plano Cohen. No dia seguinte, 01 de outubro, o Congresso concedeu a suspensão dos direitos constitucionais que havia negado a Vargas em junho precedente. Minas Gerais apoiou a medida, com o Rio Grande do Sul e São Paulo em oposição (SKIDMORE, 1982, p. 48).

Com a desculpa do falso plano comunista, em setembro de 1937, o Brasil entra em estado de guerra. O Rio Grande do Sul é cercado por terra e por mar, sufocando o exército montado por Flores da Cunha. Diante de uma iminente guerra civil, o governador, em 19 de abril de 1937, opta por renunciar e se exila no Uruguai (PESAVENTO, 2002).

Em 10 de novembro, é anunciado por Getúlio o golpe que é consubstanciado pelo fechamento do congresso, extinção dos partidos políticos e a suspensão das garantias da constituição de 1934. Neste mesmo dia, Vargas outorga a Constituição de 1937, de conteúdo fortemente centralizador, dando ao presidente o poder de nomear as autoridades estaduais,

chamadas de interventores. Conforme Kühn, (2004), os ex-integrantes do PRR e PL perceberam as reais intenções de Getúlio. Entretanto já era tarde e não mais teriam como resistir. O Estado Novo que se instalava sob um regime ditatorial e apoiado pelo exército, levaria longos oito anos para que uma nova democracia fosse instalada no Brasil.

No Rio Grande do Sul, exerceram estes cargos principalmente autoridades militares, como o coronel Daltro Filho (19.11.1937-19.01.1938), o Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias (1938 a 1943) e o Coronel Ernesto Dornelles (1943 a 1945), primo do presidente Getúlio Vargas (KÜHN, 2004, p.129).

No entender de Sandra Pesavento (2002), o Estado Novo foi o momento em que se processou, de forma mais clara, a substituição do modelo agroexportador para aquele baseado na indústria. No Rio Grande do Sul, esta passagem representou a sua dependência e posição subsidiária em relação ao país. O novo modelo possibilitava o estabelecimento de um salário mínimo, uma vez que permitia o barateamento dos gêneros alimentícios. Tal processo beneficiou a indústria do centro do país, mas distanciava a industrialização gaúcha da paulista.

No final da década de 30, por determinação de Getúlio Vargas, todas as sedes municipais passaram a se chamar cidade. Conforme Schierhold (1992), em primeiro de Janeiro de 1939, em um ato público, Lajeado foi levado à categoria de cidade. Em dezesseis de junho deste mesmo ano, foi inaugurada a ponte sobre o rio Forqueta, ponte esta que vinha sendo pleiteada desde a administração de Júlio May (1896 a 1902). Neste dia houve a terceira exposição do milho, patrocinada pelo Estado, nos pavilhões da agência da Ford e a cerimônia de benção e colocação da pedra angular do Grupo Escolar, hoje, Fernandes Vieira.

Assim como em todo o Brasil, a ditadura e o processo de nacionalização levaram o Rio Grande do Sul a aplicar uma série de medidas decretadas pelo executivo nacional: extinção dos partidos políticos, queima das bandeiras estaduais, bem como banimento de símbolos regionais. No final da década de 30, com a preocupação do nazismo, o governo do interventor Cordeiro de Farias intensificou a campanha de nacionalização, principalmente nas áreas de colonização alemã e italiana, onde foi proibido o ensino e a fala destes idiomas. Esta campanha se justificava em decorrência do discurso de que havia grupos potencialmente perigosos, não sendo de se estranhar que as principais medidas foram direcionadas para o campo cultural (KÜHN, 2004).

Na região do Vale do Taquari, não foi diferente. Avisos eram afixados em todos os lugares públicos com os seguintes dizeres “É expressamente proibido falar em idioma alemão, italiano e japonês”, procurando atender as ordens queimaram-se livros, revistas, documentos, etc, que não fossem escritos em português. Conforme Schierhold (1992), prisões, perseguições e arbitrariedades foram praticadas. Padres e pastores não podiam orientar seus fiéis e nem médicos seus clientes. O Prefeito João Frederico Schaan, de Lajeado, instigava os funcionários municipais a cumprir e fazer respeitar as determinações do Chefe da polícia do Estado em relação aos idiomas estrangeiros.

Para Raimundo Waimer (2008), em suas memórias, a nacionalização das escolas, em 1937, complicou a vida de todos, pois poucas eram as pessoas que sabiam falar e escrever em português no Vale do Taquari. Todas as cartilhas e livros em alemão foram substituídos por outros editados em português e as cerimônias religiosas não podiam ser proferidas em outro idioma. Os vitrais das igrejas, com inscrições em língua alemã foram quebrados ou retirados por ordem do governo. Em cada distrito ou vilarejo foi instalada uma espécie de subdelegacia com o propósito de vigiar e denunciar os colonos que falassem alemão. Até mesmo crianças podiam fazer as denúncias e muitos eram presos sem provas. Os livros escritos em alemão foram confiscados assim como os aparelhos de rádio que foram recolhidos pelas autoridades.

Conforme pontuado por René Guertz (2007) no jornal Correio do Povo de 24 de setembro de 1938, há uma declaração de Cordeiro de Farias na qual se observa que ele supervisionava, pessoalmente, a campanha de nacionalização. Em referência a visita de Cordeiro de Farias, de inspeção, a Arroio do Meio, Estrela, Lajeado e Taquari, ele mostra a ressonância da campanha:

Com grande satisfação constatamos que na região percorrida há um crescente espírito de brasilidade, verificado através das grandes recepções feitas à caravana, da vibração dos atos de encerramento da Semana da Pátria e do reajustamento das escolas particulares, dentro das disposições do decreto de nacionalização (GUERTZ, 2007, 49).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o apoio do Brasil às potências que combatiam Hitler, intensificaram-se as campanhas de repúdio aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Eram comuns ações de violência física e psicológica contra alemães e italianos em todo o Brasil, inclusive com saques e depredações das empresas destes cidadãos. Observamos isto ao analisarmos a ET- 4 (2010, p.1) quando o depoente comenta que durante

a Segunda Guerra as coisas foram traumáticas, embora a família vivesse em Santa Catarina, as questões com línguas estrangeiras eram tratadas igual ao Rio Grande do Sul, ocasionando maior repressão do que o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

Lembramos que o Brasil se mantinha neutro frente às nações em luta, mantendo relações comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos e com as potências do Eixo. Em 1941, rompe com o Eixo e assina tratado com os Estados Unidos diante de sólidos interesses econômicos e financeiros entre os dois países. O Brasil cedeu bases militares no nordeste brasileiro, que permitiam aos americanos invadirem a África, recebendo em troca empréstimos que possibilitaram a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (PESAVENTO 2002).

Em 1943, Getúlio Vargas dá início à redemocratização no Brasil. No plano político, era uma contradição, pois internamente adotava postura ditatorial e no exterior lutava contra regimes totalitários se solidarizando com os países democráticos. Em 1945, Getúlio Vargas, marca eleições para presidente e para a Assembleia Constituinte, pois queria redemocratizar o Brasil: nada mais democrático do que possibilitar a eleição de representantes nos diferentes segmentos governamentais. Surgem novos partidos políticos: a UDN (União Democrática Nacional), o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criados a partir de manobras realizadas por Vargas, visto que possuía duas bases políticas - aquela formada pelos políticos conservadores, em sua maioria, vindos de regiões oligárquicas rurais e a ala formada por pessoas comprometidas com as massas urbanas.

O populismo de esquerda de Getúlio Vargas não agradou os setores direitistas e, em 1945, o General Góes Monteiro liderou o golpe que o destituiu da presidência. Segundo Lopes (2000), a queda do Estado Novo foi articulada com o intuito de preservar o que havia de reacionário e suprir o que havia de progressista (nacionalismo, populismo de esquerda). Outra, que o sucedeu na presidência, manteve a máquina política e administrativa da Era Vargas.

Após a deposição, Getúlio Vargas se refugia em sua fazenda de Itu, em São Borja, Rio Grande do Sul, onde mantém contatos com políticos, principalmente do PTB. Entre estes, estava João Goulart que viria a ser seu Ministro do Trabalho no próximo mandato presidencial, sob forte oposição dos conservadores, uma vez que representava ameaça de um

regime sindicalista. E Leonel Brizola, grande agitador político petebista, viria a ser o sucessor de Getúlio no PTB e o maior líder de esquerda do Brasil. Ambos pertenciam a “ala moça” e, mais tarde, tornaram-se grandes personagens no cenário político brasileiro (SKIDMORE, 1982).

Com as eleições de dezembro de 1945, o General Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência da república, o que representava a continuidade do governo de Vargas. Em 1946, é promulgada a nova constituinte, colocando o PCB na clandestinidade. No aspecto econômico, o Brasil se encontrava com saldo positivo na balança comercial, visto que, durante a Segunda Guerra Mundial, aumentou as exportações para os países aliados, enquanto as importações passavam por um controle governamental, dando preferência para os produtos brasileiros incentivando, principalmente, a indústria de bens não-duráveis.

Em 1951, Getúlio Vargas volta a ser presidente, com feições marcadamente populistas, mas completamente diferente dos tempos do Estado Novo. O principal problema foi a difícil conciliação entre o seu populismo comprometido com as reformas sociais e nacionalistas e os interesses dos setores conservadores, que estavam desejosos do capital estrangeiro, ali representados pela UDN. Na impossibilidade de uma conciliação, Getúlio se compromete com as reformas sociais, sob fortes críticas dos setores conservadores, principalmente do jornalista Carlos Lacerda. A este respeito temos:

Além de Lacerda, Vargas enfrentava muitos outros problemas: O descontentamento dos cafeicultores com o confisco cambial; dos industriais, por causa da onda de greves e da falta de controle do governo; a crise do nacionalismo; a preocupação dos operários com o seu padrão de vida, que se degradava a cada dia que passava; a indignação da classe média com a corrupção da UDN; a guerra fria que impregnava o Exército Nacional; a imprensa contra Getúlio; as acusações dos comunistas de que era conivente com o imperialismo americano. O clima, portanto, não estava nada fácil para Getúlio Governar (SZATKOSKI, 2003, p. 85)

A saída encontrada foi o suicídio, principalmente depois do atentado contra Lacerda em que o Major Vaz, da Aeronáutica, foi vitimado com a participação de partidários de Getúlio. Tendo comprovado a participação de pessoas ligadas a Getúlio no atentado, os seus inimigos passaram a exigir sua renúncia. Getúlio preferiu a morte a entregar o cargo. Seu trágico fim, em 24 de agosto de 1954, gerou intensa consternação popular, com gigantescas manifestações de sentimentos públicos.

Morto Getúlio, Café Filho assumiu a presidência com apoio da UDN, isto é, com o apoio dos que defendiam a entrada do capital estrangeiro. Porém, em 1955, a UDN perde as eleições presidenciais para Juscelino Kubitschek (PSD) e Jânio Quadros (PTB) candidatos a presidente e vice-presidente respectivamente. A UDN, que ficou em terceiro lugar nas eleições, tentou impedir que a dobradinha Juscelino e Jango assumisse a presidência, mas o General Lott interveio, garantindo a posse, em meio à grande agitação política. A eleição de Juscelino foi o repúdio da população aos que eram considerados os causadores do suicídio de Getúlio (SKIDMORE, 1982).

Juscelino assumiu o governo adotando uma política econômica desenvolvimentista de agrado aos Udenistas, pois através do Plano de Metas, com o lema “cinquenta anos em cinco”, concedeu privilégios a vários setores, em especial à indústria de bens de consumo duráveis e intermediários, permitindo que o capital estrangeiro entrasse em grande quantidade no Brasil. Este desenvolvimento não se fez sem ônus econômico-financeiro, elevando a inflação na década de 60. Já no governo de Jânio Quadros se o desenvolvimento industrial era uma realidade, a inflação também era o que gerou um sério impasse econômico e político, levando o Brasil a uma situação extremamente delicada. No começo de 1964, o crescimento industrial baixara, a inflação estava na casa de 80% e o capital estrangeiro boicotava o governo vigente diante da insegurança que o Brasil apresentava.

Com o fim do governo de Juscelino, Jânio Quadros assume a presidência erguendo a bandeira da moralidade administrativa. Uma vez no governo, ele desvalorizou a moeda e cortou subsídios para determinadas importações, procurando vincular-se aos interesses de investidores americanos. Na política externa, seu governo seguiu uma linha independente, ao apoiar Cuba e China, ocasionando fortes críticas a seu governo, o que culminou na sua renúncia, em 25 de agosto de 1961 e na posse de João Goulart, sob o protesto de parte da sociedade brasileira, que temia a implantação de um governo socialista (LOPES, 2000).

Segundo Pesavento (2002), o governo de João Goulart foi uma demonstração do desequilíbrio pelo qual passava a sociedade brasileira. Sua posse foi contestada por ser um membro do PTB atuante nos meios sindicais, considerado herdeiro de Vargas. A UDN e o Exército tentaram impedir sua posse, pois o consideravam inaceitável para a segurança nacional. Todavia, o comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, general Machado Lopes e o governador do estado, Leonel Brizola, seu cunhado, tomaram sua defesa,

com o movimento conhecido como “Legalidade”, garantindo, assim, sua posse, porém, com o regime parlamentarista de governo.

Esta medida de conciliação durou até 1963, quando, através de um plebiscito, o presidencialismo voltou a ser a forma de governo. A oposição a Goulart se radicalizou com os conservadores, financiados pelo capitalismo norte-americano, que viam nele um presidente comprometido com o populismo nacionalista e reformista. De outro lado, os grupos que exigiam reformas sociais e trabalhistas se multiplicavam, chegando ao campo através das ligas camponesas, com o apoio de Miguel Arantes e Leonel Brizola.

No período posterior ao Estado Novo, até o golpe de 1964, o Rio Grande do Sul teve seus governos alternados entre o PSD e o PTB, com grande rivalidade, diferentemente do contexto nacional onde eles, por diversas vezes, se aliaram. Para o PSD gaúcho, o desenvolvimento econômico do estado seria alcançado incentivando a indústria agropecuária, através da introdução do capital estrangeiro, e com a criação de oportunidades de trabalho no meio rural, evitaria a agitação das massas sociais. Para uma parcela do PTB gaúcho, o estado deveria criar um polo industrial o qual incorporaria as massas trabalhadoras na sociedade industrial e o estado controlaria o capital estrangeiro.

Dentro do PTB, a chamada “ala Brizola” repudiava completamente o capital estrangeiro, sendo que o progresso econômico deveria se fazer com o capital nacional, sem submeter o estado aos interesses dos investidores internacionais. O ponto em comum com os outros petebistas era a incorporação das massas de trabalhadores ao processo político e econômico, porém, através de melhorias salariais e de uma reforma agrária efetiva.

A energia elétrica e a telefonia eram controladas por empresas de capital estrangeiro. Deficitárias em relação às suas atividades, também constituíam um entrave para o desenvolvimento do Estado. Brizola, defensor do capital nacional, encampa estas empresas, tornando-as empresas de estatais, não resolvendo de imediato o problema de abastecimento de energia elétrica e telefonia, mas mostrando, claramente, as novas diretrizes econômicas, vinculadas ao projeto de desenvolvimento autônomo (KÜHN 2004).

No governo de Leonel Brizola (PTB), de 1959 a 1963, o projeto econômico pretendia contemplar a pequena e média propriedade rural e atender às reivindicações dos Sem Terra

com a implantação da Reforma Agrária. Este processo levou o governo à constante tensão com determinados setores empresariais. Visando melhorar o escoamento da produção agropecuária, ele cria a “Estrada da Produção”, BR 386, que passa por vários municípios do Vale do Taquari, o que contribuiu para o crescimento desse Vale, através de sua ligação com as demais regiões do estado. Para as cidades que ficam ao lado direito do Rio Taquari, nas quais se insere Lajeado, a construção da ponte sobre o Rio Taquari representou avanço no desenvolvimento, pois facilitou as relações com todo o estado, principalmente com a região metropolitana.

O Vale do Taquari, do ponto de vista étnico, foi povoado por alemães na “Parte Baixa do Vale” e italianos na região conhecida como “Parte Alta do Vale”. No aspecto econômico, estava voltado para a pequena propriedade rural, onde se produzia para a subsistência e o excedente era vendido no comércio local. Segundo Waimer (2008) nestas propriedades cultivava-se milho, feijão, fumo e criava-se gado leiteiro e suíno. Havia algumas pequenas indústrias como a indústria de Laticínio Lacesa.

Secchi, em seu Trabalho de Conclusão do Curso de História (2008), pontua que, em sete de dezembro 1978, foi inaugurada a “Ferrovia do Trigo” estrada de ferro que liga Porto Alegre a Passo Fundo, passando por vários municípios do Vale do Taquari. Esta ferrovia possui um ramal que a liga ao Porto de Estrela constituindo-se, assim, o entroncamento Rodo-Hidro-Ferrovário de Estrela que interliga o Vale com a malha ferroviária do Rio Grande do Sul.

No imaginário, esta obra viria para favorecer o desenvolvimento regional, pois teríamos a junção do transporte terrestre, ferroviário e fluvial. No entanto, o que observamos foi o favorecimento do terrestre em prejuízo dos outros, ocasionando a descontinuidade do que se esperava. Segundo Secchi (2008), acreditava-se que com este entroncamento seria possível criar um distrito industrial modelo para a região Taquari-Antas e um pólo de atração na área de Estrela-Lajeado onde a produção regional seria pelas vias ferroviárias e marítimas.

O desenvolvimento dos meios de transporte, principalmente com a construção da BR 386 (Estrada da Produção) e a ponte sobre o rio Taquari que são considerados pela população local fatores essenciais para o desenvolvimento da região, visto que interligaram o Vale do Taquari às demais regiões do estado e do país o que possibilitou o aumento da indústria,

comércio e agricultura diante da nova logística de transporte. Estes fatos estão presentes no livro “Meu Século de Vida”, escrito pelo lajeadense Raimundo Weimer.

Aos poucos, o progresso rodoviário, ferroviário, portuário e dos meios de locomoção por terra e água foi imprimindo mais facilidade e rapidez de transporte de carga. Como exemplo podemos citar a disponibilidade de compra de caminhões, as construções da estrada 386, da ponte sobre o rio Taquari, do Porto de Estrela e da barragem em Bom Retiro do Sul, permitindo a navegação de barcos grandes. (WAIMER, 2008, p. 97)

Leonel Brizola, em 1963, era a liderança de unificação das esquerdas. Com um programa na Rádio Mayrink Veiga em que falava durante horas seguidas, procurava passar para seus ouvintes os problemas econômicos e políticos pelos quais o Brasil passava. Era os jovens a quem ele mais cativava, com seu modo franco e espontâneo de falar.

Como o programa passou a ter grande repercussão, logo outras emissoras de rádio passaram a transmiti-lo, aumentando, a audiência, pois desta forma podia ser escutado nas mais distantes regiões do Brasil. Conforme Leite Filho (2008), Brizola percebendo o poder e o alcance de suas palavras tem a ideia de criar um movimento de massa com capacidade para atuar em todo o território nacional. Este movimento com caráter orgânico e flexível, ao alcance de toda a população em qualquer ponto do país e com a capacidade de ser acionado a qualquer momento, foi chamado de “Comando Nacionalista ou Grupo dos Onze”.

Os grupos começaram a ser criados em outubro de 1963, quando os conservadores bloqueavam qualquer projeto cujas metas fossem reformas de base e a conspiração contra Goulart se tornava mais evidente. Prevendo um golpe de estado - Brizola, a maior liderança da esquerda, lança a proposta da formação do “Grupo dos Onze” ou “Comandos Nacionalistas”. Cada grupo deveria ser formado por onze pessoas à semelhança de um time de futebol. Estas unidades poderiam ser articuladas e reunir um imenso contingente do povo brasileiro. Com a criação de uma cartilha e inflamados pronunciamentos na “Rádio Mayrink Veiga”, Leonel Brizola convocava os participantes a defender as conquistas democráticas do povo brasileiro, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas (principalmente a agrária e a urbana) e a sagrada luta pela libertação da Pátria Brasileira da espoliação internacional (LEITE FILHO, 2008).

Esta ideia logo alcançou sucesso. As falas de Brizola tinham grande audiência e incentivavam seus membros a lutarem pela melhoria de suas vidas e das comunidades, dando às esquerdas, inclusive a Brizola, excesso de autoconfiança. Os conservadores passaram a

temer o movimento e a chamar Brizola de terrorista, precipitando o golpe de 31 de março de 1964 e sustando o processo de organização dos Grupos dos Onze.

Os últimos meses do governo de João Goulart foram marcados pela radicalização das oposições. Esse cada vez mais se aproximava dos grupos interessados em aprofundar as reformas sociais e econômicas, Em comícios, anunciou a intenção de realizar reformas de base, entre as quais a reforma agrária. A inflação aumentava os níveis de tensão social. Para o Exército e os grandes proprietários de terras o governo de Goulart ameaçava as próprias bases sobre as quais se assentava o modelo de desenvolvimento capitalista, O receio de uma aproximação maior com a esquerda levou estes setores a se organizarem em um movimento civil-militar derrubando Goulart, em 31 de março de 1964 (PESAVENTO, 2002).

Se os militares e civis opositoristas de Jango sentiam a necessidade de acabarem com seu governo, no comício realizado dia 13 de março, em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, passou a ser urgência. Mais de 200 mil pessoas ouviram e aplaudiram líderes sindicais, alguns generais e políticos de tendências nacionalistas, pronunciarem-se contra os “gorilas” e o congresso que impediam Jango de governar. Em meio ao clamor do povo, Jango iniciou sua fala contra seus inimigos, afirmando que o Brasil necessitava de reforma e que estava ali para fazê-las. Assina uma série de decretos, determinando as reformas radicais, como a nacionalização das refinarias de petróleo e a reforma agrária (BASBAUM, 1983).

Seis dias depois, em São Paulo, cerca de 400 mil pessoas, na sua grande maioria das classes médias, participavam da “Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade”. Este movimento idealizado pela irmã Ana de Lurdes, com o apoio dos setores conservadores da igreja, atingiu uma amplitude maior do que a esperada. Políticos, empresários e jornalistas, contrários à ideologia de Jango e encantados com a ideia se apropriarem dela, levaram adiante sua mensagem, convocando as pessoas a se reunirem em frente à Catedral, para juntos protestarem contra as reformas ditadas por Jango no comício do dia 13 (BASBAUM, 1983).

Na última semana de março, uma sublevação de marinheiros resultou na quebra da hierarquia social e precipitou a deflagração do golpe contra o governo de Jango. Revoltados contrários à prisão do líder de um movimento de marinheiros, que lutavam por melhores condições de trabalho, grupos de esquerda e sindicalista pressionavam o governo. O ministro da Marinha, almirante Mota foi substituído pelo Almirante Paulo Rodrigues, que anistiou os

marinheiros rebeldes. Este fato deixou descontente a grande maioria dos oficiais das Forças Armadas, colocando-os contra o Governo.

No dia 30 de março, o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, convoca o povo “para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora” (SKIDMORE, 1982). No dia seguinte, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora, com o apoio do II e IV Exército e de diversos governadores, entre eles Carlos Lacerda do Estado da Guanabara, mobilizou as tropas de Minas Gerais e deu início à marcha para o Rio de Janeiro, forçando o Comandante do I Exército, General Âncora, a aderir ao movimento.

As forças nacionalistas de esquerda foram surpreendidas sem esquema militar de defesa e, com divisões internas, não esboçaram muita resistência. Quando Jango chega a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, encontra Brizola, apoiado pelo III Exército, tentando criar o movimento chamado “Cadeia da Legalidade”, para resistir ao golpe. Enquanto Brizola convencia Jango de que era possível resistir, o Senador Moura Andrade declarava vago o cargo de Presidente da República, nomeando, para ocupá-lo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

O Governo dos Estados Unidos, que através do seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e da Agência Central de Informação (CIA) acompanhava a conspiração, foi o primeiro país a reconhecer a nova situação do Brasil. Fato este que vinha sendo apoiado e aguardado pelos Estados Unidos, visto que fazia parte de sua política imperialista impor aos países americanos governos simpatizantes que lhes possibilitassem investir nestes países explorando as matérias-primas e a garantia de mercado consumidor para os produtos americanos, além de impedir que governos comunistas se implantassem garantindo, assim, a paz e a hegemonia americana (SKIDMORE, 1982).

Os principais líderes de esquerda deixaram o país. Jango parte para se exilar no Uruguai, seguido por Brizola. Outros reformistas se asilaram em embaixadas estrangeiras ou foram presos. O regime populista chegava ao fim, enfraquecido por suas próprias contradições, pelos erros cometidos e pelo fortalecimento da oposição civil e militar. Para os participantes de Grupo dos Onze, restaram as perseguições, pois com Brizola no exílio não houve mais liderança que desse sustentabilidade aos grupos.

O Golpe de 1964 sinalizou o fim do populismo e, após o curto mandato presidencial de Mazzilli, militares tomaram definitivamente o poder. Reprimindo, com sucessivas demonstrações de forças, respaldados, juridicamente, através dos Atos Institucionais (AIs), obrigaram os colaboradores do golpe a agirem dentro dos seus limites estabelecidos, causando desapontamentos a políticos como Carlos Lacerda, que ansiavam pela queda de Goulart para poderem tomar o poder (LOPES, 2000).

Conforme Borges (2003), para os analistas políticos, o período pós-1964 pode ser dividido em três fases. A primeira se inicia com o golpe e vai até o Ato Institucional número 5 (AI-5). Durante este período, o que se discutia era qual o papel que as Forças Armadas iriam assumir, ou seja, se devolveriam e limitariam o governo do Brasil ou avançariam em direção ao papel dirigente, dando início ao processo revolucionário. Castelo Branco estava convencido de que a revolução deveria ser uma intervenção transitória, mas, com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI-5, as dúvidas se dizimaram e a revolução caracterizou-se permanente.

A segunda fase está inserida no período de duração do AI-5, ou seja, até a sua revogação, no governo do General Ernesto Geisel. Nesta fase, principalmente no governo do presidente Emilio G Médici, é que se cometeriam os mais bárbaros desatinos contra o povo, em nome da comunidade de segurança e informação do regime militar, na qual a tortura dos chamados “presos políticos” era prática constante.

A terceira fase inicia com o projeto de liberação política, inaugurada por Geisel e levado adiante por João Figueiredo. Nesta época, a censura começa a ser amenizada e com o desaparecimento do AI-5, o papel da Forças Armadas passa a ser o de devolver a direção do estado aos civis, desde que em bases confiáveis. Entende-se por “bases confiáveis” que os militares não fossem levados ao banco dos réus pelos excessos cometidos.

O primeiro Ato Institucional foi publicado, logo após o golpe, em 09 de abril de 1964. O General Castelo Branco havia assumido a presidência da República e na sua operação limpeza, assim conhecidas as primeiras medidas provocadas pelo AI-1, valendo-se dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para neutralizar qualquer cidadão que se opusesse à forma de governo vigente. Extinguiu todas as organizações que exigiam reformas de base. Os

militares diziam-se restauradores da economia e favoráveis à política de desenvolvimento baseada na livre empresa, sem o intervencionismo do estado.

Para Fausto (2000), a publicação do AI-1 e suas prerrogativas foi uma surpresa para as lideranças civis que vinham conspirando contra Jango. Elas não esperavam que as Forças Armadas possuíssem um projeto de governo. A criação do serviço Nacional de Informação (SNI) deu início ao aparato repressivo do Estado, à desarticulação do Congresso Nacional e ao desaparecimento do sistema pluripartidário, obrigando os parlamentares a se vincularem às duas legendas nascidas por decreto: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista. O Ato Institucional número 2 permitiu ao presidente Castelo Branco instaurar o Estado de Segurança Nacional.

Em 1968, acentuaram-se os protestos contra o governo militar e a política educacional. Estudantes realizaram manifestações em diversas capitais. A política econômica de contenção salarial aumentava o descontentamento da população. Protestos contra o regime e a política salarial também surgiram na forma de greves operárias e nos discursos de parlamentares no Congresso.

Em 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva fecha o Congresso e baixa o Ato Institucional número 5, transformando o Brasil em um Estado de Segurança interna absoluta, mediante o emprego da violência. No governo do General Geisel, inicia-se o desmanche do aparato repressivo do Estado e o esvaziamento da Doutrina de Segurança Nacional, aplicados ao estado brasileiro. O maior foco de oposição a Geisel não estava no MDB, mas nas próprias Forças Armadas, principalmente nos órgãos de segurança e informação que desejavam a manutenção do regime à força (FAUSTO, 2000).

Foi nessas condições que o crescimento econômico, conhecido por “milagre brasileiro”, ocorreu. As classes ascendentes viveram tempos de euforia com o crescimento do Produto Interno Bruto. Ao mesmo tempo, setores de oposição ao governo partiam para o enfrentamento armado. Surgiram grupos de guerrilhas como os da Serra do Caparaó, na região do Araguaia, assim como grupos clandestinos que praticavam ações armadas em algumas cidades. No governo do General Médici, estes grupos identificados como “guerrilha urbana” rural, foram, progressivamente, eliminados.

O General Geisel tentava controlar os radicais fechando o congresso e cassando políticos da oposição e, ao mesmo tempo, negociava com lideranças religiosas e classistas medidas de liberalização ao regime. No governo de João Batista Figueiredo, atentados terroristas, como a Bomba do Rio Centro no Dia do Trabalho, eram uma demonstração de que o aparato repressivo se mantinha e não apoiava a reabertura política (BORGES, 2003).

Durante os governos militares, os direitos civis e políticos foram cruelmente controlados. O direito ao *Habeas Corpus* foi suspenso para crimes políticos. Prisões eram feitas sem mandato judicial e os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito à defesa e sob tortura física e psicológica. As pessoas não tinham mais privacidade em seus domicílios, as correspondências eram violadas e as escutas telefônicas eram utilizadas sem qualquer consentimento. A liberdade de imprensa deixou de existir e a censura atuava em todos os meios de comunicação. Nas universidades, a liberdade de expressão foi cortada, proibindo os estudantes de participar de qualquer atividade política, mesmo que fosse para reivindicar seus direitos de alunos (BORGES, 2003).

Continuando na obra de Borges (2003), em 28 de agosto de 1979, o congresso brasileiro aprovou a 48ª anistia da história do Brasil. Ela abria as portas do país e da política para brasileiros que, há quinze anos, se tornaram exilados, foragidos ou cidadãos de segunda classe. De imediato as portas dos aeroportos nacionais estavam abertas para Leonel de Moura Brizola, então com 57 anos e Miguel Arraes de Alencar com 64 anos, ambos estavam afastados do Brasil desde 1964. O movimento pela anistia, no Brasil, se intensificou no início de 1978, liderado pelos familiares de presos políticos, mortos, desaparecidos, exilados e banidos. Comitês se espalhavam por todo o país e no exterior, ganhando visibilidade na imprensa e ocupando espaços em praças públicas, teatros, igrejas e sindicatos. O MDB, então o único partido de esquerda, passou a apoiar a luta travando enormes batalhas a seu favor e em 1979 um senador da ARENA, partido da ditadura, passou a incorporar a causa.

Brizola, neste momento da história do Brasil, estava residindo em Portugal, imediatamente, após a aprovação da anistia inicia os preparativos para a sua volta ao Brasil. Ao fim do dia seis de setembro chega a Foz do Iguaçu, onde passa a noite, contudo apenas se limita a acenar para as pessoas que o aguardavam, já que pretendia falar e abraçar a sua gente na terra de seu mentor Getúlio Vargas. No dia seguinte, sete de setembro, às 11 horas da

manhã chega a São Borja e em meio à multidão conseguiu chegar ao cemitério, onde fez seu primeiro pronunciamento, no Brasil, ao lado do túmulo de Vargas (LEITE FILHO, 2008).

Amigos de Brizola, inclusive lajeadenses, o recebem em São Borja. Alguns dias depois, após visitar o túmulo de sua mãe em Carazinho, ele segue para Porto Alegre quase incógnito, havia cancelado a caravana que o levaria até lá passando por diversas cidades do Rio Grande do Sul. Em fins de setembro, conforme noticiado no jornal O Informativo do Vale de 29 de setembro de 1977, a convite do Prefeito Darci Corbellini ele faz uma visita a Lajeado, onde foi recepcionado por simpatizantes e demais correligionários seus, alguns dos quais envolvidos nos Grupos dos Onze.

3 OS PORQUÊS DOS GRUPOS DOS ONZE: DO GERMINAR AO DESAPARECIMENTO, UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Os Grupos dos Onze organizados nos meses que antecederam o Golpe Militar de 31 de março de 1964, por Leonel de Moura Brizola, deputado federal pelo estado da Guanabara, espalharam medo nas classes conservadoras da sociedade brasileira. O mundo vivia em clima de Guerra Fria e o temor do comunismo que era o grande ameaçador da sociedade ocidental na época. O Brasil passava por momentos difíceis, onde a disputa pelo poder se acirrava entre os grupos de esquerda e direita.

Brizola, considerado um esquerdista radical era visto, pela direita, uma pessoa inconveniente, pois representava o perigo vermelho e ameaçava os interesses das classes dominantes da época que viam com grande preocupação as reformas de base por ele defendidas. Outro fator de medo era o grande carisma que Brizola exercia sobre as classes populares desde a Legalidade quando conseguiu fama de herói. Carisma este que convencia multidões, e que para a sociedade conservadora ameaçava o controle que exerciam sobre as classes populares, as quais estavam passando por dias difíceis diante da inflação ascendente e que também reivindicavam maior participação política.

Sobre isto Skidmore (1982) escreve que Brizola era capaz de traduzir a oratória do nacionalismo à linguagem das ruas. Arrogante e grosseiro era dado a lutas corporais com seus inimigos políticos, fazendo deste seu lado rude e viril uma dualidade, pois se de um lado conquistava a simpatia das classes baixas, pelo outro lado, afastava a classe média e a elite política brasileira.

Mas como Brizola conseguiu a simpatia destas classes? Pelas pesquisas realizadas percebe-se que foi por meio do rádio, na época em estudo, o veículo de comunicação mais difundido no país. Lembramos que foi através dos microfones da Rádio Guaíba que Brizola convocou os brasileiros para resistirem e defenderem a constituição. Agora frente a outro momento difícil, Brizola, percebendo o sucesso alcançado anteriormente, bem como o poder que exercia sobre as classes populares, resolve mais uma vez fazer uso do rádio para convocar o povo. Desta vez foi no Rio de Janeiro através da Radio Mayrink Veiga. Este evento adquire extrema relevância para o Grupo dos Onze, pois foi por meio de seus microfones que Brizola arregimentava seus membros.

3.1 A mídia e o Grupo dos Onze

Inquestionável é o poder que a mídia exerce sobre as diversas classes populacionais, principalmente a falada que consegue se fazer presente na maioria dos lugares por onde passamos. Nos anos 60, a televisão estava começando a chegar nos lares dos brasileiros, mas o rádio já era um bem de consumo ao alcance da maioria das pessoas.

O Rádio de pilha era um bem que todos almejavam e era difícil encontrar, por menor que fosse o casebre, quem não tivesse um. Foi através destes rádios que os pronunciamentos de Brizola chegavam aos ouvidos da maioria dos brasileiros e, como este era um grande conquistador de massas e gozava de grande prestígio, principalmente no Rio Grande do Sul, suas pregações eram absorvidas por esta parte da população. Muitos simpatizantes, quando não tinham o seu rádio iam até a casa do vizinho para escutar Brizola.

Thomas Skidmore (1982), se referindo ao grande alcance que Brizola tinha com a população brasileira e o inquestionável poder da mídia sobre esta e aos Grupos dos Onze pontua que: Brizola, o mais dinâmico populistas da esquerda, foi fortalecido pelo rádio e pelo periódico “O Panfleto”. Este periódico lhe ajudou a conquistar defensores para seus insistentes apelos em favor das reformas de base junto ao presidente da república e, ao mesmo tempo, transmitir instruções e exortações aos Grupos dos Onze.

Conforme Leite Filho (2008), Brizola iniciou com um programa às sextas-feiras, às 21 h e 30 min, na Rádio Mayrink Veiga¹, igual ao que fazia no Rio Grande do Sul, quando era Governador do Estado. Falava por horas seguidas, entrando madrugada adentro. Era incendiário em suas palavras, sendo que muitas de suas proclamações o colocavam nas manchetes dos jornais. Procurava ser o mais didático possível e com bom humor explicava os problemas da economia e da política brasileira. Suas palavras chegavam aos mais distantes lugares do Brasil e eram justamente os jovens que elas mais empolgavam, possivelmente pela figura romântica e pelo jeito sincero de Brizola se pronunciar. Com isto a audiência da Rádio Mayrink explodiu e as repercussões de suas palavras começaram a incomodar os conservadores, que decidiram reivindicar, criando outra grande cadeia de rádio, a Rede Democrata, reunindo as Rádios Tupi, Globo, Jornal do Brasil (Rádio JB).

Os pronunciamentos de Brizola batiam todas as audiências e logo outras emissoras de diversos Estados se filiaram à Rádio Mayrink Veiga, formando a Rede do Esclarecimento. Tomando consciência do alcance de suas palavras e, percebendo que seu partido o PTB, por causa das contradições internas e das diversas correntes de pensamento em seus quadros, não se empenhava na defesa das reformas e, pressentindo o avanço de um golpe de direita, Brizola, tem a ideia de lançar um movimento de massa com capacidade de atuação em todo o território nacional.

Esse movimento deveria ter um caráter orgânico e flexível e ser ágil o suficiente para ser acionado a qualquer momento. Deveria ser uma organização simples, que todos pudessem participar, não importando em que parte do Brasil a pessoa vivia. Estas organizações se chamariam de Comandos Nacionalistas ou Grupo dos Onze Companheiros, que entraram para a história, simplesmente, como Os Grupos dos Onze os quais foram lançados nos meios de comunicação em outubro de 1963. Conforme Leite Filho (2008), a organização desses grupos aconteceu em um momento de grandes disputas entre as forças reformistas e as forças conservadoras e estas por saberem o alcance que o rádio tinha e o carisma de Brizola, aumentaram a campanha anticomunista e a conspiração para o golpe que derrubou João Goulart.

¹ A Rádio Mayrink Veiga foi uma das estações de rádio privadas mais antiga do Brasil, surgindo em 1926, quatro anos depois de o Presidente Epitácio Pessoa inaugurar as transmissões radiofônicas no Brasil. Tinha este nome por causa de seu dono, Antenor Mayrink Veiga e vivia inicialmente de contribuições dos ouvintes, pois a publicidade foi permitida, somente a partir de 1932. (LEITE FILHO, 2008).

Brizola esperava alcançar a mesma mobilização conseguida durante o episódio da Legalidade para impedir o golpe da direita e sensibilizar o Congresso. Estes grupos deveriam pressionar o presidente, o congresso e a sociedade em geral para realizar as reformas de base e, também, para dar apoio à campanha anti-imperialista. Inquestionável era o carisma de Brizola, tanto é que havia uma corrente política, dentro do PTB, chamada de brizolista, que servia para identificar seus fieis seguidores que não questionavam suas deliberações, apenas as atendiam. Brizola falou, está dito.

Na edição do Jornal “A Última Hora”² publicada em 2 de dezembro de 1963,(p.4) com a seguinte manchete; “Brizola Prega União para Defender Reformas de Base”, ou seja, Brizola pregava a união do povo brasileiro para defender as Reformas de Base e combater a espoliação Internacional. Conforme reportagem, Brizola afirmava que o momento histórico iniciado com a Segunda Guerra Mundial havia se tornado decisivo para o futuro da nação e que Getúlio Vargas, na carta testamento, convocava os brasileiros a lutar contra os trustes internacionais (ANEXO A).

Ressaltava, ainda, que o momento exato do desfecho ocorreria quando a minoria dominante apertaria o cerco contra o povo, talhando-o na sua luta reivindicatória e que não existia mais lugar para uma ação isolada dentro da luta pela soberania do país e pelas reformas de base. Os brasileiros devem se unir em pequenas unidades, formadas por 11 elementos e que todos os simpatizantes encaminhassem para a Rádio Mayrink Veiga a adesão ao movimento assim como sugestões para a denominação a ser dada para os grupos. Deviam escolher um líder e um substituto e se organizarem para que em situação de emergência, pudessem se reunir em pouco tempo

[...] Essa composição deve ser feita a maneira de uma equipe de futebol – continuou – porque a nossa maior experiência de ação coordenada, foi apreendida através do futebol, muito difundido entre o povo”. E completou: “Depois de estarmos todos

² O jornal Última Hora (UH), fundado em 1955 no Rio de Janeiro por Samuel Waimer, amigo pessoal de Getúlio Vargas, tinha o propósito de romper com a formação oligárquica da imprensa brasileira. Na capital do Rio Grande do Sul, berço de Getúlio, Jango e Brizola e o maior centro de resistência ao golpe, circulavam a edição mais jacobina da rede de jornais a qual foi classificada como inimigo da nova ordem militar (CUNHA, 2009).

A UH de Porto Alegre, sentiu o golpe. Tentou manter a mesma linha editorial até 5 de abril. Resfolegou uma impossível neutralidade até 25 de abril de 1964 quando deixou de ser editado. O editor gaúcho Ary de Carvalho tentou comprar de Waimer o jornal, mas este aceitou vender apenas a estrutura física, não o nome. Nascia em maio de 1964 o Jornal Zero Hora.

agrupados devemos nos comparar a um time de futebol que entra em campo para lutar com um adversário organizado” (Última Hora, 02/12/1963).

Os grupos dos onze deveriam ser criados a partir de cada bairro, ou de cada rua, nas cidades, ou em cada aglomeração humana no meio rural. O ponto de partida seria o entendimento de dois ou mais amigos, perfeitamente identificados e entendidos. Depois disso deveriam partir para o recrutamento dos demais companheiros. Decidida em reunião a fundação do Grupo, seria lavrada uma ata assinada por todos e encaminhada para a Rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro (ANEXOS B e C).

Na revista “O Cruzeiro”, datada de oito de agosto de 1964, (p.7), há uma reportagem com o seguinte título: “Segundo Informe Oficial, o montante do auxílio de Fidel Castro para Brizola seria da ordem de 19 bilhões, naquela época” consta reportagem segundo a qual o primeiro chamamento radiofônico para a formação dos Grupos dos Onze, ocorreu em 19 de outubro de 1964, dia em que Brizola convidava o povo para se organizar em defesa do nacionalismo. Primeiramente seriam compostos por cinco elementos, mas através de um estudo realizado, a pedido de Brizola, ao professor Coriolano Vieira sobre motivação e mobilização popular optou-se por 11 pessoas, ou seja, comparar os Grupos de Onze, ao futebol, o esporte das massas populares. Segundo a mesma reportagem, esse movimento subversivo organizado e liderado pelo ex-governador gaúcho obedecia a um esquema internacional, para transformar o Brasil em uma Cuba.

Para Boris Fausto (2000), a esquerda do PTB, liderada por Brizola, queixava-se das vacilações de Jango na área das reformas sociais e das relações com o imperialismo. Brizola iniciou então sua própria base de ação, assumindo o controle da Rádio Mayrink Veiga e lançando o semanário “O Panfleto” visando organizar os “Grupos dos Onze”. Esses grupos deveriam formar uma rede em todo o país para resistir às tentativas de golpistas e ajudar a implantar as medidas, como a convocação para a Assembleia Constituinte e a moratória da dívida externa. Segundo Baldissera (2005), este semanário possuía triagem média de 400 mil exemplares, distribuídos nos locais de grande aglomeração populacional pelos militantes dos Grupos dos Onze e simpatizantes de Brizola. Os artigos publicados eram escritos por Brizola e por membros da Frente de Mobilização Popular (FMP) e se caracterizavam em ser um porta voz da ala esquerdista do PTB. Ao todo foram publicados sete números.

Conforme Leite Filho (2008), a cartilha dos Grupos dos Onze determinava como tarefa obrigatória, para seus integrantes, acompanhar as transmissões da Rádio Mayrink Veiga todas às sextas-feiras, a partir das 21 h e 30 min e, após a meia noite, seriam lidas as comunicações enviadas pelos companheiros e difundidos os esclarecimentos e instruções para as atividades dos Grupos integrantes da organização. Prosseguindo a análise deste autor, a ideia da formação dos Grupos dos Onze foi um sucesso, não só porque as falas de Brizola tinham um grande sucesso, mas também em virtude das suas deliberações, que era a luta pela melhoria das comunidades e das condições de vida de seus membros. Este movimento deixou os conservadores assustados, que passaram a ser mais radicais contra Brizola, passando a chamá-lo de terrorista, por tentar organizar “Grupos paramilitares”, nos moldes dos soviets, na União Soviética, e dos comitês revolucionários de bairro, em Cuba.

Seja como for, o fato é que até as vésperas do golpe, houveram tentativas de formação de inúmeros Grupos dos Onze em todo o Brasil. Para o professor Cibilis Viana, ao conceder entrevista para Leite Filho (2008) se formaram cerca de 100 mil grupos e seus cálculos baseiam-se na vasta correspondência que chegava todos os dias na Rádio Mayrink Veiga. Já para Brizola, em depoimento para Denis de Moraes, em fevereiro de 1981 o número de grupos chegava a 24 mil (VEIGA,1989).

Conforme Leite Filho (2008), com a precipitação do golpe que, conseqüentemente, sustou o processo de organização foi necessário destruir os documentos, pois do contrário teria exposto os integrantes dos comandos e as perseguições seriam intensificadas. Os documentos foram destruídos por Cibilis Viana, mais um companheiro do comitê que após esvaziarem os arquivos os levaram para um lugar ermo e os incineraram.

Estes dados e a discrepância entre eles podem demonstrar a falta de organização em torno dos grupos, ou que a quantidade de Grupos dos Onze que se formavam era realmente grande e não houve o tempo necessário para a catalogação dos mesmos, quando ocorreu o golpe e a destruição dos documentos. Outro fator observado nas entrevistas que realizamos é que embora a maioria das pessoas fosse de petebistas, simpatizantes com as reformas defendidas por Brizola e conhecedoras dos Grupos dos Onze, não encontramos ninguém que tenha ou conheça alguém que enviou uma ata de formação de um grupo.

Para isto, levantamos as seguintes hipóteses: O tempo entre os chamados de Brizola para a formação dos Grupos dos Onze até o Golpe Militar de 31 de março de 1964 foi curto para que organizasse grupos, hipótese esta defendida na ET – 6 (2010), ou as pessoas envolvidas no Vale do Taquari eram mais politizadas e não viam a necessidade de se inscreverem em grupos para se sentirem comprometidas com Brizola. Conforme ET – 7 (2010) e ET - 8 (2010), creio que a segunda hipótese se sobressai na área de pesquisa, quando nos reportamos à amizade que havia entre alguns líderes políticos do PTB e Brizola, os quais chegaram a visitá-lo no Uruguai, quando este estava no exílio. Entretanto, a possibilidade de estarem criando grupos os quais não se efetivaram por causa do golpe não pode ser descartada.

Para Szatkoski (2003), os Grupos dos Onze ficaram apenas no planejamento de sua organização, nunca tendo passado à ação, visto que não teriam tido tempo suficiente para se formarem entre os apelos de Brizola e o Golpe de 31 de março. No entanto, isso foi o suficiente para os militares desencadearem perseguições a todos que se identificavam com a organização. Estado de sítio foi implantado, procurando restringir as liberdades públicas e individuais alegando a defesa da ordem, da democracia, do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família e da tradição cristã. O Rio Grande do Sul se constituiu no berço das tentativas de criação de inúmeros Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas.

Segundo Baldissera (2005), a formação dos Grupos dos Onze forneceu os fatos e representou uma ameaça concreta às forças conservadoras, incrementando a campanha anticomunista. Estes estão entre os motivos de constantes denúncias na imprensa, a qual anunciava que a formação desses grupos sob a liderança de Brizola seria o início de uma guerra revolucionária no Brasil. Porém, no imaginário das pessoas, mais simples, nada havia de estranho em seguir as indicações de Brizola. As pessoas, simpatizantes das ideias defendidas por Brizola, entendiam que se Brizola solicitava a formação dos Grupos dos Onze era certo, importante e necessário.

Nada havia, ao menos para a grande parte das pessoas que assinaram as listas, a intenção de uma ação revolucionária ou de revolução comunista. No máximo seria um episódio semelhante ao da campanha da Legalidade. Em muitas listas, constavam o nome de todos os familiares com a inclusão de nomes de pessoas de mais de 70 anos, que de fato eram petebistas fanáticos, assim como quantidade enorme de crianças de 1, 2, 3 anos em que os

pais por serem trabalhistas ferrenhos escreviam o nome dos filhos como membros dos Grupos dos Onze.

Em entrevista concedida a Baldissera (2005), o coronel João Pedro Neme, amigo e colaborador de Brizola desde a Legalidade, informou que no Rio Grande do Sul, na ocasião do Golpe, ainda não tinha se formado nenhum comando sobre os “Grupos dos Onze”. Dois dias antes do golpe, Brizola havia contatado com ele convidando-o para assumir o comando dos grupos no Estado do Rio Grande do Sul. Na realidade, apenas no Rio de Janeiro os Grupos dos Onze haviam começado a estabelecer contatos entre si, pois o Golpe Militar teria alcançado o Grupo dos Onze ainda em fase embrionária visto que, embora viessem acontecendo os chamamentos públicos desde outubro de 1963, estes não estavam efetivamente organizados.

Segundo noticiou a revista “O Cruzeiro” de oito de agosto de 1964, os grupos estavam divididos em sete regiões, para efeito de zoneamento operacional: 1º região: Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a sede seria Guanabara ou Rio de Janeiro; 2º região: Bahia e Sergipe com a sede em Salvador; 3º região Minas Gerais com a sede em Belo Horizonte; 4º região São Paulo e Paraná com a sede em Curitiba ou São Paulo; 5º região Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a sede em Porto Alegre; 6º região Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte com sede em Maceió ou João Pessoa; e 7º região Ceará, Piauí, Maranhão, Fernando de Noronha com sede de em Fortaleza ou São Luiz.

Para o Coronel Neme, toda a organização tinha influência da Legalidade, visto que quando ele chamou o povo, este se dispôs a lutar pelo cumprimento da constituição, assegurando, desta forma, que Jango assumisse a presidência da República. Goulart teria frustrado as aspirações da população que participaram da Legalidade assim como a Leonel Brizola ao aceitar o parlamentarismo e adotar uma política de conciliação com os grupos conservadores. Influenciado pelo sucesso do episódio da legalidade e percebendo que as reformas de base não seriam aprovadas pelo congresso e querendo pressionar o presidente, Brizola novamente tenta organizar o povo em defesa de seus interesses (BALDISSERA, 2005).

Ao que tudo indica a organização dos Grupos dos Onze não chegou a ser articulada por falta de tempo. Para Baldissera (2005), embora Brizola vislumbrasse o golpe militar, os

militares tomaram a todos de surpresa. Brizola ainda tentou organizar resistência no Rio Grande do Sul, talvez pensando em realizar uma segunda Legalidade. Apoiado no Grupo dos Onze de Porto Alegre, Brizola demonstrava uma confiança exagerada nos seus “Comandos Nacionalistas”, os quais, em sua maioria, estavam completamente despreparados para qualquer tipo de luta. Esta falta de preparo está pontuada na ET – 3 (2010), quando o depoente diz que se inscreveu no Grupo dos Onze em Porto Alegre, mas não se sabia exatamente qual seria a ação a ser tomada. Faltou para Brizola um olhar detalhado sobre as listas: quem eram as pessoas que as assinavam, onde viviam, suas profissões, grau de instruções e definir uma estratégia de luta, pois as pessoas ficaram esperando sem saber quando iriam ser chamadas e para quais atividades.

3.2 Imaginário e teses sobre o Grupo dos Onze

Na percepção de Leite Filho (2008), os Grupos dos Onze pareciam reeditar outros movimentos de organização popular surgidos no interior de algumas revoluções como a da proclamação da República Brasileira, em 1989, como os Batalhões Patrióticos, comitês formados pelos militantes republicanos e militares ligados ao Marechal Floriano Peixoto. Outra comparação é feita com a Revolução de 1930 e os comandos do Clube Treze de Outubro criados pelos tenentes empenhados na defesa dos princípios democráticos.

Para Leite Filho (2008), caso tivessem sido criados com mais antecedência, os Grupos dos Onze poderiam, diante de seu poder de mobilização, se não evitado o golpe ao menos dificultado a implantação do regime militar, visto que a principal causa atribuída ao sucesso é o falta de uma reação mais consistente por parte do regime que foi deposto. O referido autor informa, por exemplo, o golpe cívico-militar-midiático ocorrido na Venezuela em 11 de abril de 2002 em que Hugo Chavez foi deposto e, em menos de 48 horas, após a eclosão do golpe foi reinstalado no poder pelos seus Comitês Bolivianos.

Analisando as obras publicadas, as quais trabalham a formação dos Grupos dos Onze, percebe-se que muitas das pessoas que assinavam as listas desconheciam o real significado de pertencer a um dos grupos. Segundo Baldissera (2005), alguns eram pequenos agricultores, muitos semianalfabetos assinaram por sugestão de um familiar de um amigo que eram simpatizantes do PTB desde a sua fundação por Getúlio Vargas, alguns nem sabiam do que se

tratava a lista que assinavam, acreditando que era para conseguirem terras ou algum benefício diante da difícil vida que levavam e, somente quando iniciaram as perseguições, é que se deram por conta do que representava.

Os Grupos dos Onze, ou melhor, a maioria das pessoas que faziam parte deles não estavam mobilizadas, preparadas, nem sequer pensavam em lutar. Para Skidmore (1982, p.364), “O abismo entre os líderes excessivamente confiantes e seus liderados passivos tanto em questão de comando como em sentimento político era uma dolorosa evidência”. Os grupos não se manifestaram nem esboçaram qualquer reação quando ocorreu o golpe. Mesmo os que se reuniam para discutirem política não estavam preparados para a luta armada, pois entre os objetivos dos grupos não estava o pegar em armas e criar um levante.

Esta percepção confirma-se ao analisarmos a ET – 3 (2010) na qual o entrevistado estudante na UFRGS, durante este período revolucionário, e participante de um dos Grupos dos Onze em Porto Alegre em seu depoimento diz que não sabiam exatamente, qual seria o tipo de ação dos grupos caso fossem convocados, pois poderia ser para uma guerrilha, um movimento de resistência ou um golpe mas que, caso fossem chamados, deveriam estar dispostos a qualquer coisa e quem não se encaixava neste perfil não deveria se inscrever. Nota-se que os estudantes também se inscreviam por defenderem as reformas de base, mas que faltava uma organização sistêmica por parte dos organizadores dos grupos o que os deixou sem reações quando foi dado o golpe.

Continuando a análise de Skidmore (1982), embora desorganizados os Grupos dos Onze espalharam medo na sociedade, no inícios da década de 60, principalmente entre os grupos mais conservadores, nos quais estavam incluídos a alta oficialidade militar que temendo o avanço das esquerdas, partiu para o golpe por muitos chamados de defensivos e para outros de preventivo. Apesar de terem se revelado inofensivos, esses grupos seriam autênticas células comunistas prontas para a luta armada e para instalarem o comunismo no Brasil, esta era a visão dos militares que viam com preocupação, sobretudo pela repercussão que tiveram junto das camadas mais pobres.

O medo espalhado pelo Grupo dos Onze parte do imaginário que se criou em torno dos grupos. Imaginário que foi implantado pela alta oficialidade e pela direita radical ao associarem Brizola e Grupo dos Onze com o comunismo, considerado o mal do século. Estes

temores aparecem nas entrevistas, sobretudo nos depoimentos dados por mulheres (ET - 1, 2010) e (ET - 8, 2010) ao se referirem nos comentários que escutavam quando saíam às ruas que eram chamadas de “mulher de comunista”.

O medo de ser considerado subversivo, ou simpatizante do comunismo, também apareceu nas entrevistas citadas acima, quando os depoentes mencionam o afastamento dos amigos e vizinhos. Na ET - 4 (2010) este medo aparece com toda a sua significância quando o entrevistado nos contou a revolta de uma amiga ao receber dele um exemplar do Jornal Brasil, Urgente³. “A coragem que eu tinha tido pelo fato de ter mandado aquele jornal e que ela tinha dado um sumiço” (ET - 4, 2010, p.3) (ANEXO D).

Esta relação entre comunismo e Brizola se espalhou principalmente nas classes mais abonadas, que além dos militares apoiados pelos Norte Americanos, através do IPES (Institutos de Pesquisas e estudos Sociais), também tinham a Igreja como defensora da liberdade pregada por eles. Conforme Cunha (2009), na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, puxada pelas rezas fervorosas do padre americano Patrick Peyton a multidão gritava “Vermelho bom, só batom”.

O Coronel Mene, na qualidade de amigo de Brizola e por ter sido convidado a assumir o comando dos grupos no Rio Grande do Sul afirma que os “Grupos dos Onze “eram apenas grupos de pressão política, necessários no momento para forçar a votação das reformas de base e era impossível que houvesse por parte da organização um objetivo de luta armada ou de guerrilha. Teriam os grupos sido formados para salvaguardar o entusiasmo popular suscitado pela Legalidade que estava esmorecendo. O povo estava perdendo a fé em seus líderes, o que Brizola não queria que acontecesse (BALDISSERA, 2005).

Nas entrevistas colhidas sobre os Grupos dos Onze, assim como nas bibliografias analisadas a partir das obras já publicadas, percebe-se o fanatismo por Brizola, a ingenuidade de alguns participantes e a necessidade que sentiam de ter um líder que determinasse o caminho a seguir. Baldissera (2005) demonstra isso ao transcrever parte do depoimento concedido por José Bica Larré, participante do Grupo dos Onze de Santa Maria o qual se

³ O Jornal Brasil, Urgente, criado pela esquerda católica, teve 55 edições. Circulou em todo o Brasil entre abril de 1963 e abril de 1964, quando foi fechado pelo Golpe Militar de primeiro de abril de 1964. A Coleção completa se encontra no convento dos Frades Dominicanos em Belo Horizonte – MG (SILVA, 2009)

encontra no Laboratório de História Oral da Unifra (Centro Universitário Franciscano) de Santa Maria, conforme segue:

Com referência aos Grupos dos Onze, posso dar um depoimento porque também me fizeram secretário do Movimento Nacional Brasileiro, aqui no núcleo, em Santa Maria. O problema do Grupo dos Onze era uma coisa romântica, uma coisa estapafúrdia, coisa da cabeça do Brizola e que de fato nunca existiu, nunca tiveram qualquer aspecto de natureza agressiva, bélica, eleitoral, pretendia, com certeza, Brizola, transformar esses grupos chamados de Grupos dos Onze em células eleitorais, dentro da sua própria candidatura, das suas ideias [...]. Interessava muito a revolução, como forma de propaganda, divulgar que estes grupos se organizavam como grupos paramilitares, etc. e tal. Coisa que objetivamente nunca houve, tanto que não [...] resultou em nenhum achado jamais de que pudesse devotar os Grupos dos Onze como sendo efetivamente armados, como de fato não eram (BALDISSERA, 2005, p. 92).

Na ET – 3 (2010), estes sentimentos estão em evidência quando o entrevistado declara que não sabiam exatamente qual tipo de ação iria ser desencadeada, mas que teriam que estar dispostos a qualquer coisa e que os estudantes que apoiavam Brizola não acreditavam no que estava acontecendo, pois imaginavam que o pessoal da esquerda estava bem organizado.

Nós imaginávamos em nos preparar para uma revolução uma mudança do “STATU QUO” ou do que viria acontecer daí pra frente a gente estava preparada para isso e esperando a qualquer momento um chamamento. Na verdade nos chamaram para dizer que o golpe tinha acontecido (ET - 3, 2010, p 1).

Ainda segundo Baldissera (2005), este mesmo depoente aponta um caráter eleitoreiro da organização desses grupos, hipótese que não pode ser descartada, visto que os petebistas que seguiam as doutrinas brizolistas viam com bons olhos a possibilidade de Brizola se candidatar à presidência, embora vetado pela constituição de 1946 que impedia parentes do presidente, inclusive cunhados se candidatar ao cargo. Na Guanabara, os Grupos dos Onze, em suas manifestações, faziam uso do seguinte slogan: “Cunhado não é parente, Brizola para presidente”. Igualmente seria relevante apontar que Brizola tentava assustar os militares com os “Grupos dos Onze” e esse pode ser um dos objetivos de divulgar em rede nacional o número de grupos que estavam se formando, assim como atrair mais pessoas na defesa de suas metas.

O caráter eleitoreiro pode ser fundamentado se analisarmos que um dos objetivos buscados era a elaboração de uma nova constituição. Ao se elaborar uma nova Constituição estar-se-ia elaborando um caminho que poderia criar mecanismos que viabilizassem a candidatura de Brizola a presidente da República. Esta mesma hipótese pode ser aplicada na

parte em estudo do Vale do Taquari, pois partindo das pesquisas percebe-se que os líderes do movimento eram pessoas com expressiva vida política que, se não tinham o interesse de governar quando desferido o golpe, alguns anos mais tarde ocuparam cargos políticos na região.

3.3 A queda do governo e o fim do Grupo dos Onze

Para dar continuidade a este estudo, é necessário nos reportarmos àqueles momentos cruciais, quando o Brasil se deparou diante de dois caminhos: o da democracia ou o da ditadura. Em 1963, com a volta do regime presidencialista, Jango juntamente com o Ministro do Planejamento, Celso Furtado, foi lançado o Plano Trienal que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação. O primeiro ponto a ser tratado era os cortes nos gastos do governo, diminuindo os subsídios sobre as importações de certos produtos e as indústrias estatais e através dos aumentos dos impostos incidentes sobre os grupos de renda alta (FAUSTO 2000).

Outras medidas seriam a renegociação da dívida externa e a Reforma Agrária que ampliaria a produção agrícola e o mercado consumidor. Entre estas propostas a Reforma Agrária foi a mais polêmica, pois iria intervir na acumulação capitalista e nas relações de poder no campo. A reforma urbana pretendia controlar os aluguéis de imóveis e possibilitar a compra pelos inquilinos, desagradando aos proprietários, pois temiam pela perda do poder que a acumulação de capital lhes dava (FAUSTO, 2000).

No que tange à reforma política, Jango pretendia dar aos analfabetos, sargentos e patentes inferiores das Forças Armadas o direito ao voto, descontentando as forças militares e a classe alta que consideravam o analfabeto incapaz de votar, ou seja, ele era apenas força de trabalho. Nas reformas de cunho nacionalista, estava a proibição de empresas estrangeiras atuarem em setores como energia, eletricidade, frigoríficos, indústria de remédios, refinaria de petróleo e telefonia. E nas reformas reservadas à educação com apoio irrestrito da UNE (União Nacional dos Estudantes) estava pautada a mudança do ensino onde se trabalharia questões voltadas para a estrutura brasileira, as quais colaborariam na busca de soluções para os graves problemas sociais, políticos e econômicos que o país vivia (SZATKOSKI, 2003).

Conforme Skidmore (1982), o PCB de Luiz Carlos Prestes, estando na ilegalidade, beneficiou inicialmente o PTB, ao eleger deputados e senadores com esta legenda. Apoiavam as reformas de base por entenderem que proporcionariam uma reorganização no capital nacional. Ao contrário do que a direita e os militares propagavam, os comunistas eram poucos e não estavam infiltrados nos setores da política nacional, mas fizeram um grande estardalhaço. Diante da difusão de que o comunismo estava impregnado no Brasil, a direita reagiu violentamente apoiada pelo golpe militar.

No Congresso Nacional, a UDN e os deputados conservadores formavam a Ação Democrática Parlamentar para bloquear as reformas de base. Alguns deputados da “Ala Moça” do PSD como Ulisses Guimarães entre outros, e da “Ala Bossa Nova” da UDN em que participava José Sarney aceitavam algumas reformas. Mas grande parte do congresso, indiscutivelmente, estava contra o presidente; o PSD e a UDN cada vez mais se uniam. Jango também enfrentava a grande imprensa, que era contra seu governo e tinha de levar em conta a postura da Igreja Católica, onde ventos de mudanças começavam a soprar, contrapondo-se às suas características conservadoras (FAUSTO 2000).

É de extrema importância, também, analisar a postura americana em relação ao governo de Goulart. Para Szatowski (2003), os americanos não concordavam com o controle do envio de remessas de lucros para o exterior, nem que a Petrobras realizasse o refino de petróleo e, muito menos com a estatização das companhias americanas instaladas no Brasil. E para completar temos a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, que implantou o socialismo na Ilha, deixando os americanos temerosos que no Brasil ocorresse o mesmo. Os americanos com o intuito de proteger o Brasil do socialismo, assim como ocorreu em outros países da América Latina, começaram a financiar políticos e propagandas anticomunistas.

Há quem acuse o embaixador norte-americano, Lincon Gordan, de conspirar com os militares brasileiros e articular o golpe militar, visto que ele possuía entrada livre nos quartéis e na imprensa brasileira. Os militares, pela formação acadêmica, julgavam que greves, protestos, e manifestações de qualquer ordem como indisciplinas afetavam a ordem indispensável para o desenvolvimento do Brasil. Um aspecto a ser chamado atenção é que os militares, em sua maioria eram oriundos da classe média, condenavam a ação dos sindicatos e a política de Jango e desejavam manter o *Status quo* que o exército proporcionava. A formação anticomunista pregada no exército era forte, para eles qualquer greve significava

armação anticomunista e muitos oficiais das Forças Armadas do Brasil faziam cursos de aprimoramento nas academias norte-americanas, inclusive na Escola do Panamá (SZATKOSKI, 2003).

Conforme Boris Fausto (2000), com o apoio de dispositivos militar e sindical o presidente deveria contornar o congresso, começando por realizar as reforma de base através de decretos. Para demonstrar força, deveria reunir grandes massas em uma série de atos nos quais ia anunciando. O primeiro grande comício foi marcado para o dia 13 de março na Praça da Central do Brasil no Rio de Janeiro. Cerca de 150 mil pessoas aí se reuniram sob a proteção das tropas do I Exército para ouvir as palavras de Jango e Brizola, os quais não estavam se entendendo. As bandeiras vermelhas pedindo pela legalização do PC (Partido Comunista) e as faixas exigindo as reformas foram mostradas na televisão o que deixou a oposição mais revoltada contra o governo de Jango e resolveram, também, sair às ruas, com milhares de pessoas participando da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”.

Os ânimos estavam acirrados, na véspera do comício, houve uma tentativa de incendiar o palanque armado em frente à estação da Central do Brasil. Carlos Lacerda, Governador do estado Guanabara, não fazia segredo de sua disposição em impedir a chegada de simpatizantes do governo federal para assistir ao comício. As mulheres da “Campanha da Mulher pela Democracia” passaram o dia ao telefone solicitando ao povo para não comparecer na concentração e ao mesmo tempo aconselhavam os moradores das ruas entre o Palácio das Laranjeiras e a Praça da República a colocar velas acesas nas janelas em sinal de luto, trajeto este que seria percorrido pelo presidente em sua ida e volta ao comício (LEITE FILHO, 2008).

Ainda segundo Leite Filho (2008), o comício foi um sucesso em termos populares, mas o efeito maior foi a antecipação do golpe. As forças conservadores, recebendo financiamentos dos bancos e multinacionais e com o apoio das associações comerciais e industriais realizaram imensos comícios e, como tinham o apoio da imprensa, estas manifestações ofuscaram o comício da Central do Brasil.

Os acontecimentos estavam se precipitando e Jango e Brizola precisavam ser afastados, os ativos conspiradores entre os militares resolveram sair da defensiva e passar ao ataque. Segundo Skidmore (1982), suas atenções estavam voltadas para os detalhes: o

momento oportuno para o golpe, o índice exato de adesão nos comandos do Exército, o problema de abastecimento no caso de uma Guerra Civil, o grau de confiança nos políticos civis contrários a Jango.

Segundo Cláudia Wassermann (2009), no início do ano de 1964, a situação no Rio Grande do Sul era tão tensa quanto a conjuntura do resto do país, com o agravante de uma bancada pró-jango significativa no estado, o que representava fortes críticas a cada ato repressivo do governo estadual. Após o comício da Central do Brasil sob os auspícios de João Goulart e que reuniu as forças do país favoráveis às reformas de base, o governador Ildo Meneghetti encontrou-se em Porto Alegre com os governadores Carlos Lacerda da Guanabara e com Adhemar de Barros de São Paulo, para articular uma ação política contra o governo federal.

Para Leite Filho (2008), o comparecimento, em 30 de março, de Jango a uma reunião dos sargentos no Automóvel Clube significou do ponto de vista político o seu suicídio político. Razões para isto foi porque, na ocasião, Jango fez um discurso com severas críticas às elites dominantes. De improviso, ressaltou a importância dos sargentos como meio de ligação entre as Forças Armadas e o povo, e condenou a campanha de difamações movida por seus inimigos, e os embaraços que causavam a seu governo. Este ato do presidente foi tomado como subversão e de quebra na disciplina e hierarquia militar.

Diante do exposto, o General Mourão Filho mobilizou suas tropas em Juiz de Fora e marchou para o Rio de Janeiro (SKIRMORE, 1982). Jango, percebendo que a situação era desesperadora, deixa o Rio de Janeiro e segue para Brasília. Na noite de 1º de abril, poucas horas depois de ter chegado a Brasília mudou de ideia e deslocou-se para Porto Alegre. Naquela mesma noite o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade declarou o cargo vago de Presidente da República do Brasil. Frente a isto Ranieri Mazzili, até então presidente da Câmara dos Deputados, assume o governo do Brasil.

O Rio Grande do Sul não ficou de fora das atividades de articulação do golpe. Enquanto as tropas de Mourão Filho se deslocavam de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, instituindo o primeiro ato do golpe de 1964 e contando com o apoio do 1º e 2º Exército, o governador gaúcho Ildo Meneghetti dá início à Operação Farroupilha, isto é, em 31 de março reforça a segurança do Palácio Piratini e isola a Praça da Matriz com o intuito de evitar

manifestações populares; decreta feriado bancário e escolar até o dia 3 de abril; requisita todas as emissoras de rádio para evitar outra rede da Legalidade e se dirige a Passo Fundo, onde ficaria por três dias e pretendia lançar o manifesto de apoio ao golpe (WASSERMAN, 2009).

Conforme contam alguns dos entrevistados, o carro que levava Meneghetti para Passo Fundo, um fusca, estragou em Estrela. O prefeito de Estrela Adão Fett, amigo do governador disponibilizou um carro da prefeitura para que ele seguisse caminho, enquanto isso o fusca ficou guardado em Estrela (ET - 2 e ET - 5). Percebe-se, assim, a pluralidade de ideologias nos meios políticos da região. Se havia quem tinha amizade com Brizola e defendia a realização do contra-golpe, também havia quem era amigo de quem defendia o golpe ,e conseqüentemente, a implantação do regime militar.

Ao Chegar a Porto Alegre, na madrugada do dia dois de abril, este seria o último ponto de parada do “Presidente João Goulart”. Jango encontra Brizola disposto a dar a última cartada de resistência. Conforme Wasserman (2009), o III Exército estava dividido e os cálculos militares apontavam possibilidades de luta intensa por causa da forte influência do ex-governador Leonel Brizola. O General Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, leal ao presidente, determinou que suas tropas entrassem em prontidão. A ação militar foi significativa, a qual teve como chefes principais os generais Poppe de Figueiredo, da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria; o general Adalberto Pereira dos Santos, que assumiu o comando militar em Cruz Alta, o general Joaquim Camarinha, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, e o General Hugo Garrastazu, comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé

Os planos de Brizola constituíam-se em: Nomear o General Ladário Teles como ministro de Guerra, e a ele, Brizola, ministro da Justiça. Porto Alegre, momentaneamente, seria a nova Capital da República, de onde seria operada a reação ao Golpe. Goulart respondeu que diante das circunstâncias, tudo parecia inútil. Era outra ducha de água fria que ele despejava sobre seus correligionários. Jango agradece a colaboração de todos e segue para sua fazenda em São Borja e desta ruma para o exílio em Montevidéu.

Em 31 de março, Brizola se manifestando ao povo em frente à prefeitura de Porto Alegre, fez um discurso exaltado solicitando a deposição dos militares golpistas convocando os sargentos para ocuparem os quartéis e prenderem os generais golpistas e o povo respondia

Paredón!...Paredón⁴! Para eles!. No dia posterior, 1º de abril, Brizola articulava manifestações de rua e reconstituiu a Cadeia da Legalidade, conseguindo inclusive falar pela Radio Mayrink Veiga, antes de esta ser fechada pelos militares no dia 2 de abril. As ruas estavam cheias de manifestantes pregando contra o golpe com discursos inflamados e apelos aos sargentos para que prendessem os oficiais do Exército e da Brigada contrários a Jango (LEITE FILHO, 2005,).

Conforme ET - 3 (2010) os estudantes, membros dos Grupos dos Onze em Porto Alegre, aguardavam um chamamento para se posicionarem contra o golpe, mas em 31 de abril aconteceu o Golpe pegando-os de surpresa e sem possibilidades de se manifestarem.

Ninguém acreditava no que estava acontecendo, na verdade achávamos, nós os estudantes e a população que a esquerda estava bem organizada em termos de resistência. Imaginávamos nos preparar para uma revolução ou mudança do *statu quo*. Na verdade nos chamaram para nos dizer que o golpe tinha acontecido, fomos para a Rua da Praia e quando chegamos na rua da praia já estava a brigada, o exército subindo a cavalo lá de baixo e dando pau na população que estava se aglomerando. Nós jogávamos bolita de gude no chão das calçadas para os cavalos caírem. Coitados dos cavalos não tinham culpa e os brigadianos, às vezes nem sabiam o que estavam fazendo lá, mas eles tinham que dissolver a população de uma maneira ou de outra. Gritavam dissolvem, desapareçam e iam dando pau em todo mundo. Isso eu me lembro do golpe de 64 e nós saímos todo mundo, correndo para se esconder. Realmente fomos cada um pro seu apartamento, sua casa e ficamos esperando as notícias do que estava acontecendo.

Neste momento os Grupos dos Onze, não deu tempo de formar resistência nenhuma porque foi tão rápido o golpe, acho que foi muito bem preparado, ou feito as escondidas. Só sei que a gente não acreditava nisso, a gente estava esperando o golpe no outro sentido, não golpe, mas um avanço das forças progressistas ou alguém que tivesse tomado o poder ou feito um chamamento pra população ir pra luta, mas aconteceu o contrário, exatamente o contrário. Somem porque o pau ta comendo foi o que aconteceu depois de 63 (ET - 3, 2010, p.3, grifos nossos).

Ao despedir-se daquele que seria seu último encontro com as massas, como deputado federal, Brizola pronunciou o seguinte: “Aos meus conterrâneos” – finalizou Brizola – ao valoroso povo de Porto Alegre, quero dizer-lhes de minha confiança pela vossa lealdade. Quanto a mim, podem ter certeza de que meu lugar é aqui, a vosso lado. E aqui ficarei” (LEITE FILHO, 2008). Continuando a análise deste autor, Brizola pôde ficar somente mais um mês no Brasil. Todos que eram a favor do golpe o procuravam, vasculharam casa por casa de Porto Alegre, à sua procura, com ordem de atirar para matar. Às escondidas, embrenhou-se pelo interior, não só no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e

⁴ Em referência ao Paredón Cubano que nos anos 60 fuzilava as pessoas contrárias ao regime cubano (LEITE FILHO, 2008)

até Mato Grosso do Sul para tentar levantar a população ou os militares contra o regime , mas encontrou a grande maioria conformada.

Para a maioria dos militantes dos Grupos dos Onze, este foi o último dia de atividade. Os Grupos criados em Porto Alegre foram os primeiros a sofrerem as perseguições no estado gaúcho, pois na mesma noite em que foi anunciado o golpe a sala da organização de um dos grupos porto-alegrense foi arrombada e revistada. O grupo possuía a sala de organização no Edifício Ma. Mallet, Centro Porto Alegre e nessa noite Pedro, um dos membros foi avisado pelo professor Antonio de Pádua, dirigente do movimento Nacional Brasileiro, para retirarem de lá todos os arquivos, livros e impressos (GONZALES, 2009)

Na região do Vale do Taquari não foi diferente, no local também viveu-se em dias de insegurança diante das perspectivas de um golpe militar. Os partidos políticos de esquerda e de direita disputavam o poder. Alguns dos seguidores de Brizola embalados com os pronunciamentos dele tentaram formar Grupo dos Onze, outros simplesmente defendiam suas ideias nacionalistas. Conforme relato na ET - 6 (2010), alguns dias depois do golpe chegaram em Lajeado umas pessoas, vindas de Porto Alegre para investigarem se aqui estaria se estruturando a contra revolução, pois receberam uma denúncia de que estariam olhando filmes cubanos e realizando exercício de tiros e enterrando armas. Na realidade o que aconteceu foi a comemoração do aniversário de um amigo onde haviam enterrado bebidas na areia para gelar e a cada convidado que chegava soltavam um foguete.

Com a renúncia de Jango, os militares que ansiavam a tomada do poder conseguem matar a sede e dão início ao movimento de repressão e da caça às bruxas. Com decretos e os atos institucionais vão cassando os direitos dos cidadãos. O Brasil mergulhou, por quase três décadas, na maior coibição de sua história. Perguntamos onde estavam os Grupos dos Onze? Se eram tão numerosos porque não apoiaram Brizola e junto com o mentor não realizaram um levante contra a ditadura que se instalava?

Para Foucault (2006), o poder é uma prática social e está em constante transformação. Não está localizado em um ponto específico da estrutura social, pois nada está isento ao poder e qualquer luta é de resistência dentro do poder que se alastra por toda a sociedade. Para Falcon (1997) até 1970, predominava a história política tradicional, pois a tradição e a repressão se tornaram obstáculos para escrever história.

Sabemos que a história, até fins do século XX, foi escrita por quem detinha o poder e estes escreveram o que lhes parecia conveniente, em vista disto a literatura que temos trata especificamente dos Grupos dos Onze é pouca, creio ser por retratar a história dos vencidos, das pessoas que foram perseguidas, as quais, na grande maioria, passaram a fazer do grupo dos “sem voz” que serviram apenas para os golpistas darem vazão a sua fúria de Titãs. Embora vivamos, em um período de democracia relativamente novo, aos poucos começam a surgir novos trabalhos, os quais dependem basicamente da história oral o que para algumas pessoas possuidoras destas histórias, o ato de lembrar torna-se doloroso visto remetê-los para tempos difíceis onde foram perseguidos e sofredores de violência física e/ou psicológica.

3.4 Os Grupos dos Onze e o comunismo

Visando compreender os motivos que levaram os Grupos dos Onze a espalharem o medo, no início da década de 1960, e sofreram tantas perseguições. Perseguições estas que transferiram os medos, pois se antes do golpe quem tinha medo eram as pessoas consideradas de direita, visto a ameaça iminente do comunismo com o Golpe Militar de 31 de março de 1964, o medo passou a fazer parte do cotidiano das pessoas tidas como de esquerda as quais fizeram e muitas continuam a fazer do silêncio um aliado contra os sofrimentos a que passaram a ser vítimas.

Para a historiadora Marli de Almeida Baldissera (2005), apesar de terem se revelado inofensivos, no imaginário dos grupos conservadores eles seriam a própria expressão do comunismo, o que apressou a conspiração direitista para a queda de Jango. O anticomunismo e as representações anticomunistas eram divulgados sem cessar pelos grupos contrários ao Governo Goulart, que neste caso não representavam o poder instituído, mas buscavam legitimar o Golpe Militar de 1º de abril de 1964.

Creio que, para legitimar a tomada do poder adquirido com o golpe, os militares e as demais pessoas favoráveis ao mesmo tentaram imbuir no imaginário do povo brasileiro que “os Grupos dos Onze” eram autênticas células comunistas, pronta para a luta armada e para instalar tal regime no Brasil. Caso o regime comunista fosse implantado no Brasil, isto acarretaria a tomada de seus bens pelo estado tornando-os vítimas de um governo centralizador e os militares se apresentavam como salvadores da pátria.

Apenas denunciar não era o suficiente para validar as denúncias contra o verdadeiro perigo comunista representado pelos Grupos dos Onze. O Exército não mediu esforços para apresentar provas que justificassem a perseguição desencadeada a Brizola e às pessoas ligadas a Grupo dos Onze. Conforme Anexo E, observamos isto na reportagem publicada na revista “O Cruzeiro” de oito de agosto de 1964, denunciando que Brizola estaria recebendo ajuda financeira de Cuba. Conforme este veículo de notícias o Ministério da Guerra teria recebido um documento comprovando que o movimento de subversão seguia um esquema internacional, para transformar o Brasil em uma Nova Cuba. Igualmente Baldissera (2005) pontua que o Exército divulgou a localização de um documento que seria a prova conclusiva da subversão dos grupos, fato este amplamente divulgado pela imprensa brasileira com manchetes como esta do jornal Zero Hora de 20 de agosto de 1964 (p.10):“General Adalberto revela os objetivos dos Grupos dos Onze”.

Para Baldissera (2005), há suspeitas da veracidade deste documento, pois, nos livros e notícias onde ele é citado não há referência do lugar de guarda do mesmo e nem cópia fiel do referido existe, visto que a cópia encontrada no Laboratório de História Oral da Unifra é de condições duvidosas por ser escrita a mão e foi passada para o entrevistador, anonimamente, e assim que fora copiado, seu dono pegara o original e jogara-o ao fogo. Nesse documento, os Grupos dos Onze são comparados com a guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União soviética.

A imprensa, mais especificamente a escrita, começou a publicar reportagens com referência ao “Grupo dos Onze” em dezembro de 1963, antes disso não encontramos reportagens que trabalham com o imaginário em torno do Grupo dos Onze. O que fez a imprensa se manifestar creio ter sido quando os pronunciamentos de Brizola na rádio Mayrink Veiga começaram a repercutir em meio aos setores conservadores. Pela pesquisa realizada, percebe-se que ela não se limitava a noticiar os fatos e sim, na maioria das vezes, tecendo críticas o que repercutiu, negativamente, para a construção do imaginário em torno dos Grupos dos Onze e a sua ligação com o comunismo. Jornais como “Zero Hora”, “Diário de Notícias”, “Correio do Povo” e no “Taquaryense” sempre divulgavam reportagens de apoio ao novo governo e repudiando os Grupos de Onze, provavelmente, por serem de propriedade de quem apoiava o golpe, ou temiam fortes repressões caso viessem a se pronunciar em favor da esquerda.

Diferentemente dos periódicos citados acima, “O Jornal Última Hora” defendia as reformas propostas pela esquerda. Percebe-se esta corrente ideologia ao analisarmos algumas de suas reportagens como “Brizola prega União para defender as Reformas de Base” publicada no dia 2 de dezembro de 1963 (p.4) a qual não se refere a Brizola como um sonhador, demagogo ou comunista, mas sim como um cidadão que prega a união do povo para defender a liberdade democrática. Vale comentar que este jornal, assim como os demais que tinham uma postura de esquerda, tiveram suas atividades encerradas após o golpe militar ou tiveram de mudar a linha de trabalho passando para a neutralidade.

O golpe de 64 foi desferido, supostamente, contra o comunismo, representado pelo Grupo dos Onze e a esquerda radical simpatizante das ideias de Brizola. Para Wasserman (2009), além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo e Goulart e os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como Leonel Brizola ex-governador do Rio Grande do Sul, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto, pelas forças conservadoras, como fato inadmissível.

3.5 Os grupos dos Onze no Rio Grande do Sul e as perseguições

Aos poucos, começam a aparecer literaturas com o olhar sobre os Grupos dos Onze. Em termos de Rio Grande do Sul encontramos duas obras, as quais utilizamos neste trabalho. Uma das obras intitulada “Os grupos dos Onze, Uma insurreição Reprimida” (2003) escrita por Elenice Szatkoski e a outra de autoria de Marli de Almeida Baldissera “Onde estão os Grupos dos Onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai”(2005). Ambas obras são provenientes de dissertações de mestrado realizadas na Universidade de Passo Fundo e se propõem a estudar regiões do Médio e Alto Uruguai.

O livro da professora Elenice Szatkoski (2003) estuda a repressão política na região de Alto Médio Uruguai (RS), especialmente no município de Frederico Westphalen, a qual é fruto das intrigas políticas entre os grupos dominantes de partidos antagônicos desde a década de 1950, momentos que antecederam a emancipação do distrito de Frederico Westphalen do município de Palmeiras das Missões. Os partidários do PTB foram acusados de pertencerem aos Grupos dos Onze e de serem comunistas e subversivos. Abriram-se inquéritos militares

onde os supostos envolvidos foram ouvidos pela Brigada Militar, pela Polícia Civil e pelo Exército, o qual enviou uma cavalaria para esta cidade, a fim de instalar os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e investigar as denúncias.

As indagações dos militares aos inquiridos objetivavam saber se as pessoas eram conhecedoras das assinaturas coletadas em listas para formar os Grupos dos Onze e quem eram as lideranças e se recebiam armas enviadas pelo deputado Leonel Brizola. O Exército indagava sobre a possibilidade de reforma agrária, na qual as terras dos ricos seriam tomadas e distribuídas aos pobres, quem confeccionava as listas dos Grupos dos Onze e quem, era o chefe destes grupos em Frederico Wesphalen. A maioria das pessoas inquiridas para depoimentos negavam terem pertencido aos Grupos dos Onze ou de participarem de algum movimento subversivo, embora não negavam conhecer a existência de tais grupos pela imprensa falada e/ou escrita ou através de algum amigo ou parente. Szatkoski (2003) justificava esta negação, pois eles estavam frente à Justiça Militar e/ou Civil e de alguma maneira tentavam fugir da repressão.

Continuando as observações de Szatkoski (2003), depoimentos em que as pessoas assumiam participarem dos Grupos dos Onze são uma exceção. Em suas pesquisas encontrou o depoimento de apenas uma pessoa que assumiu ser comandante do Grupo dos Onze, recebendo as instruções através da rádio Mayrink Veiga, sem a interferência de quem quer que fosse. Em outro depoimento o envolvido não negou participar de um Grupo dos Onze e escutar as palestras do Brizola e do Jango pregando a união de grupos para ver a grandeza do Brasil, sob a direção de líderes nacionalistas, mas que não aceitava postura de esquerda adotada por Leonel Brizola.

No trabalho realizado por Baldissera (2005), que estuda a região do Alto Uruguai, as pessoas que tinham seus nomes ligados aos Grupos dos Onze foram alvos de prisões, perseguições, denúncias, cassações de mandato e envolvimento em processos-crimes. Em Erechim, ficavam presas as pessoas que constavam nas listas de subversivos e o tempo de cadeia dependia do grau de periculosidade que a pessoa representava, ou seja, se o nome apenas constava na lista ou se era líder de um Grupo dos Onze. Ainda conforme a autora, mencionada anteriormente, o governo do estado criou dez destacamentos volantes da Brigada Militar para a manutenção da ordem no interior do estado. Em 14 de abril de 1964, se

instalava o destacamento de Erechim, sob o comando do Coronel Gonçalino de Carvalho com a missão de desbaratar os Grupos dos Onze.

Igualmente os membros dos Grupos dos Onze tiveram de responder a inquéritos policiais. Segundo Baldissera (2005), no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, constam vários processos envolvendo grupos formados na região do Alto Uruguai, principalmente nas cidades do interior, como Erval Grande, São Valentim, Baliza, Gaurama, Severiano de Almeida, Sananduva, Machadinho, Campinas do Sul, Planalto, Paim Filho e Mariano Moro. Na cidade de Erechim, segundo depoimentos colhidos pela autora citada acima, também foi organizado um Grupo de Onze, os quais não chegaram a enviar a lista para a Mayrink Veiga motivo pelo qual ficaram fora das perseguições. Como eram pessoas mais politizadas, já haviam se reunido para discutir política sobre assuntos que giravam em torno do trabalhismo, do nacionalismo, jamais do comunismo.

Continuando a análise de Baldissera (2005) por causa da violência aplicada, algumas pessoas ficaram com sequelas e vindo a falecer em tempos depois, outros sofrem até hoje e se recusaram a dar entrevista, inclusive negando veementemente o envolvimento em um Grupo dos Onze. A autora exemplifica com a história em que um dos presos foi torturado e ao sair da prisão teve de ser internado em um hospital psiquiátrico, não mais voltando a ter uma vida normal até sua morte em 1979 o que ocasionou uma indenização por parte do estado para a família.

Na delimitação geográfica estabelecida para o estudo os fatos parecem se repetir. Encontramos pessoas que negaram, veementemente, terem participado de um Grupo dos Onze, como se estes grupos fossem algo remoto. A maioria dos cidadãos que foram presos ou tiveram seus direitos de cidadão violados sofrem até hoje, estando sem condições de darem seu testemunho para a história, ou estão mortos. Uma pessoa se negou, veementemente, a dar depoimento dizendo que sofreu e ainda sofre pelo fato de ter prestado ajuda aos rapazes dos Grupos dos Onze de Encantado, inclusive tentando nos dissuadir deste trabalho dizendo que não encontraria pessoas dispostas a contribuir com a pesquisa.

Diferentemente desta, também encontramos pessoas que fizeram questão de participar do trabalho, inclusive indicando novas fontes de pesquisa. Ao falarem estas pessoas parecem se sentirem reconfortadas diante do medo, da angústia, da repressão que sofreram as quais

ainda carregam consigo. Com este trabalho temos a sensação que demos voz as pessoas que foram excluídas da história por quem detinha o poder, pois representavam perigo, afinal pertencer ao Grupo dos Onze era ser comunista e comunista come criancinha.

Baldissera (2005) ressalta que casos de tortura foram mais acentuados em Erechim. Cita como exemplo a cidade de Santa Maria, onde não houve relato de maus-tratos aos presos políticos acusados de terem ligações com Grupos dos Onze. Segundo a autora em Santa Maria os participantes eram pessoas oriundas da área urbana, geralmente ligadas à atividade sindical ou com cargos políticos, portanto mais politizados e prestavam depoimentos mais esclarecedores, diferentemente do que se observa nos relatos colhidos com pessoas provenientes do meio rural com pouca alfabetização e menos compreensão do contexto político da época.

Conforme anexo II do 2º volume de “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul” organizado por Lisboa (2009) na lista de militantes mortos e desaparecidos (2009), entre muitas pessoas, consta o nome de alguns acusados de pertencerem a Grupos dos Onze, os quais passados os anos iniciais da ditadura continuaram a sofrer em decorrência de algum tipo de violência. Os nomes estão relacionados a seguir:

- ✓ Darcy José dos Santos Mariante, nascido em Caxias do Sul, militante do PTB na década de 1960, vindo a integrar o Grupo dos Onze. Era capitão da Brigada Militar. Em janeiro de 1965, foi preso e sofreu torturas. Enquadrado no AI-1, foi alijado de suas funções profissionais, o que o fez mergulhar em profunda depressão e em oito de abril de 1966 matou-se com um tiro no peito;
- ✓ Onofre Ilha Dornelles, militante do PTB, nascido em Santa Maria, foi presidente da federação dos Ferroviários Gaúchos e, por isso teve seus direitos cassados pelo AI-1, em 9 de abril de 1964. Depois do golpe foi preso e torturado, acabou morrendo no hospital em 28 de fevereiro de 1964;
- ✓ Leopoldo Chiapetti, morador de Mariano Moro, foi preso em sua casa no dia 30 de abril de 1964, pela PM gaúcha, acusado de pertencer ao Grupo dos Onze. Foi duramente torturado na delegacia regional de Erechim. Em maio de 1964 foi internado em decorrência das lesões provocadas pelas torturas, ficando sob custódia do Hospital Santa Teresinha, em Erechim. Em 21 de maio, foi posto em

liberdade, mas veio a falecer exatamente um ano depois em decorrência dos maus tratos na prisão;

- ✓ Zelmo Bosa, nascido em Ronda Alta, era agricultor e desenvolveu atividade política na década de 1960, chegando a ser vereador em Nonoai e teria participado do Grupo dos Onze. Sua história foi conhecida a partir da Comissão de Indenização aos presos políticos do Rio Grande do Sul, já que houve testemunhas que atestam sua prisão em 1965. O requerimento apresentado para a comissão Especial de Mortos e Desaparecidos não acrescenta informação de sua militância entre a prisão de 1965, por pertencer ao Grupo dos Onze, e o desaparecimento que teria ocorrido em 1976.

Pelos nomes apresentados acima se percebe que os militantes dos Grupos dos Onze foram perseguidos muito além dos anos de 1964. Os militares temiam uma nova organização, pois embora com a ida ao exílio de Leonel Brizola acabaram-se os Grupos dos Onze, mas não o embrião de organização em grupo. Estas perseguições aparecem na ET - 3 (2010) quando o depoente diz que o grupo de Lajeado era pequeno e eles se encontravam em segredo e esporadicamente para tomar um vinho, escutar as músicas de protesto e depois sumiam.

O depoente da ET - 3 (2010) veio morar em Lajeado em fevereiro de 1965 e por um período participou da Ação Popular (AP), por não concordar com a luta armada saiu fora, mas continuou prestando ajuda quando necessário. Lembra que pertencia ao grupo de Passo Fundo e realizavam reuniões para avaliações. Morando em Lajeado, dava suporte ao grupo quando estes realizavam expropriação bancária ou expropriação de guerrilha. “Esse pessoal, algumas noites me acordavam, vinham expropriando banco e dormiam aqui em casa”, declarou ele na entrevista (ET – 3, 2020, p.3).

O saldo desta ação foi a prisão em massa de militantes de várias organizações nas dependências do DOPS, da Penitenciária Estadual e da prisão da Ilha das Pedras Brancas. Entre os combatentes estavam médicos, pedreiros, advogados, jornalistas, serventes de obras, funcionários burocráticos, enfermeiros, estudantes, enfim era um grupo eclético e que militavam em grupos como o POC, PCB, PCdB, VAR-Palmares, ALN, M3G, Ala Vermelha, etc.

O Ano de 1979 foi explosivo. A sinalização da abertura do regime animou a resistência à ditadura. O movimento estudantil restaura a UNE em um congresso em Salvador, o movimento sindical ressurgiu com força total iniciando pelas greves de operários da construção civil, seguido pelos trabalhadores do Pólo Petroquímico, pelos mineiros da região carbonífera do estado, por professores estaduais, setores do vestuário, transporte de cargas, das telefonistas e bancários. O esgotamento da ditadura não impediu que as lideranças fossem presas, ainda que temporariamente.

Foi neste ano que Leonel Brizola pode retornar ao Brasil, mas a ação dos Grupos dos Onze não foi retomada, estávamos dando os primeiros passos para a abertura democrática. Capelato (1996) ressalta que, mesmo com a abertura democrática, no Brasil persistiu uma política autoritária e excludente onde o povo continuou sendo vítima das lutas do poder entre os grupos dominantes.

Não falou-se mais em Grupo dos Onze, mas segundo Wasserman (2009) os atos de guerrilhas urbanas no Rio Grande do Sul continuaram a existir e envolveram algumas organizações existentes em quase todo o Brasil e, no Rio Grande do Sul, é possível apontar Ação Popular (AP); o M3G, em referência a Marx, Mão, Marighela e Guevara que existiu somente em Porto Alegre e que existiu na década de 60. Há também o Movimento 21 de abril que existiu somente em Porto Alegre, entre novembro de 1967 e abril de 1969. Mais organizações como o Partido Operário Comunista (POC), VAR-Palmares, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A maior parte das ações destas organizações ocorreu na década de 70 e eram expropriações bancárias com o objetivo de levantar fundos para a organização da resistência ao regime. A “VPR” o “M3G” e o “Movimento 21 de abril” protagonizaram três assaltos a bancos gaúchos com resultados insignificantes. Entretanto a ação que mais se destacou no Rio Grande do Sul foi a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre.

4 O GRUPO DOS ONZE NO VALE DO TAQUARI: IDEOLOGIAS, PERSEGUIÇÕES E PRISÕES

Ao estudarmos o Grupo dos Onze no Vale do Taquari, com ênfase nos municípios de Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio estamos trabalhando com a história do presente a qual, para algumas pessoas, passa a falsa impressão de facilidade, pois se imaginam capazes de escrevê-la, por ela fazer parte de nossas lembranças e de nossas experiências, ou seja, é a história que vivemos. Falar da história presente imediata é falar de uma área em construção, onde o historiador pode ser um agente da mesma, embora quanto mais imparcial ele for maior o caráter científico é atribuído ao estudo.

Do historiador esperam que ele seja capaz de perceber o limite de seu poder, a relatividade das conclusões, a exigência da verdade, é a sua responsabilidade social. Enfim, que se preocupe com as consequências de seus atos visto que a história que ele escreve não pertence a ele, ela é um bem comum, mas cada ator detém o direito sobre sua história e ao escrevê-la os historiadores são seus representantes e devem tomar cuidado de não se apropriar dela.

Para a realização deste trabalho, por ser uma história do tempo presente, uma história inacabada e em constante movimento na qual muitos dos agentes da história estão presentes em nosso dia a dia utilizamos o recurso da história oral. Os personagens tiveram a liberdade de exporem suas experiências e contribuições para a construção da história que pretendo reproduzir para que ela seja conhecida e quem sabe contribuir para elucidar algumas questões diante de tantos pontos de interrogação.

Sabemos que a história do presente , mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: Uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim. Alias, a história por si mesma não pode terminar. [...] (Bédarida, 2002, p.229).

Uma das questões levantadas por Capelato (1996) é a dificuldade de se relatar e analisar os entrelaçamentos de conquistas e derrotas que caracterizam as histórias políticas, pois tanto os vencedores como os derrotados tendem a apagar da memória as lutas do passado e do presente, as quais remetem o historiador a um eterno recomeçar. Partindo disto, fomos a campo em busca de material, onde encontramos memórias nos aguardando para serem registradas e contribuírem para a historiografia, mas também encontramos resistências as quais por medo, vergonha e insegurança preferem ficar no anonimato. Para a autora, as formas de resistência podem significar luta, mas também a independência, a autonomia, a liberdade de expressão e conduta.

A referida autora pergunta se tudo isto poderia estar encobrendo uma dificuldade de se analisar a multiplicidade e complexidade dos acontecimentos que compõem a história política brasileira. Certamente que sim, mas ser historiador é ser persistente, procurar novas fontes de pesquisa, validar as hipóteses e ter a certeza de que estamos diante do inacabado.

Para validar este estudo, foram realizadas entrevistas com oito pessoas sendo que três destas eram pessoas que atuavam como lideranças políticas e simpatizantes de Leonel Brizola, duas eram estudantes na UFRGS em Porto Alegre e, posteriormente, vieram residir em Lajeado e Arroio do Meio e também se tornaram lideranças políticas. Na sequência, entrevistamos os cônjuges de dois petebistas, simpatizantes com as reformas propostas por Brizola que lhes rendeu a prisão, acusados de pertencerem a “Grupo dos Onze” na área em que delimitamos a pesquisada. Para dar voz aos dois lados da história, entrevistamos apenas uma pessoa simpatizante ao novo regime que se apoderava do poder, em decorrência que esta versão da história e a difundida e conhecida pela maioria das pessoas.

Analisando as entrevistas das pessoas que atuavam como lideranças políticas e eram simpatizantes de Brizola, na área em estudo, não houve a formação de Grupos dos Onze. Para levantarmos a hipótese de que, entre os primeiros chamamentos de Leonel Brizola para a formação dos referidos grupos até o golpe de 31 de março de 1964, o espaço de tempo foi muito curto para que se efetuasse, de fato, a organização dos grupos. Reforça a questão um

depoimento informando que “Brizola estava tentando conscientizar o povo e talvez houvesse uma intenção de formar o “Grupo dos Onze”, com a mídia facciosa da época não frutificaram as ideias dele. Não havia condições de ser formado um grupo desse porte político em Lajeado” (ET - 7, 2010, p.1).

Em busca de mais informações que pudessem elucidar algumas dúvidas, fomos visitar a Câmara de Vereadores de Lajeado e Arroio do Meio. Por ser um movimento de caráter político de repercussão nacional isto poderia estar documentado nas Atas das reuniões das câmaras. Nas Atas em que realizamos a pesquisa na Câmara de Vereadores de Lajeado e Arroio do Meio, em nenhum momento encontramos a expressão “Grupo dos Onze” ao se referirem aos acontecimentos políticos nestes dois municípios no período posterior ao Golpe Militar de 31 de maio de 1964. No entanto, elas confirmam que pessoas ligadas ao PTB, ou simpatizantes de Brizola realizaram algum movimento em defesa da ideologia por ele defendida e que houve prisões e arbitrariedades com algumas pessoas destas cidades por parte do grupo que não estava, mas almejava o poder.

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos a posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (BECKER, 2002, p.28).

Na Ata de 13/04/1964 da Câmara de Vereadores de Lajeado, no espaço concedido a explicações pessoais, ao que tudo indica os vereadores simpatizantes com o grupo que havia assumido o comando do Brasil, na pessoa do Vereador Ney Arruda, interpelam vereadores do PTB se estavam envolvidos em algum acontecimento político em Lajeado. Pelo teor dos questionamentos e respostas deduzimos que se referiam a algum fato ocorrido, em Lajeado, no período em que os militares destituíram Jango da presidência.

Aberto os trabalhos nas explicações pessoais, o ver. Ney Arruda leu em plenário uma carta dirigida ao ver. Darci Corbellini, assinada por todos os integrantes da bancada do ADP, interpellando-o sobre a entrevista concedida pelo Ver. Carlos Valli, na Rádio Independente e sobre comentários circulantes na cidade a respeito da participação do vereador nos acontecimentos políticos ocorridos em Lajeado. Na leitura da carta o ver. Carlos Valli solicitou um aparte para informar que a reunião da Executiva do PTB não fora realizada na residência do vereador Corbellini e sim na sede provisória do partido junto a sua residência (ATA de 13/04/1964, n° 6./64)

O vereador Darci Corbellini, ao responder a interpelação do vereador Ney Arruda informou que por ser secretário do PTB havia convocado uma reunião e que pessoas estranhas ao PTB, as quais não tinham sido convidadas, compareceram e por causa delas a reunião foi cancelada. Após o ocorrido, uma comissão de pessoas ligadas ao PTB dirigiu-se ao Juiz de Direito, a fim de solicitar informações em vista de uma proclamação que deveria se tornar pública. Com o propósito de divulgá-la, dirigiram-se à Rádio Independente, no entanto, o orador desistiu de redigir e, conseqüentemente, não foi realizada a divulgação.

Seguindo as explicações, o vereador Corbellini disse que, em tom de brincadeira, havia falado que em 10 minutos tomariam a prefeitura e o telefonema realizado dia dois de abril à alguém em Porto Alegre era para se informar da real situação do que acontecia naquela cidade. Negou que teria procurado o Juiz de Direito, solicitando uma ordem judicial para que a Rádio Independente entrasse na cadeia de emissoras comandadas por Brizola. Seguindo sua defesa, o vereador Corbellini diz ter redigido um documento que estava em poder do Senhor Almiro Schmidt, afirmando não aceitar a liderança do senhor Leonel Brizola nem de qualquer outro agitador, pois era um homem crente na democracia como solução dos problemas nacionais.

Analisando a interpelação do vereador Ney Arruda e as respostas concedidas pelo vereador Darci Corbellini, concluímos que houve agitação política em Lajeado, nos dias imediatos ao golpe, conclusão esta reforçada na ET - 8 (2010) quando o depoente, embora não saber se eram verídicos, diz ter escutado comentários de que havia pretensões para invadirem a prefeitura e que não a teriam invadido, pois lhes foi solicitado para aguardarem, por mais uns dias, os acontecimentos. Continuando a análise das entrevistas ET - 7 (2010) e ET - 8 (2010) alguns partidários do PTB, além de defensores das reformas propostas por Brizola, eram amigos pessoais dele e em decorrência disso podemos concluir que tentaram organizar alguma forma de resistência em Lajeado para apoiar Brizola mediante o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

As conclusões apresentadas acima são reforçadas na continuidade da Ata 6./64 quando o Vereador Ney Arruda voltou a solicitar a palavra dizendo não acreditar nas explicações dadas pelo Vereador Darci Corbellini e que Lajeado não esteve envolvido em um clima de agitação graças às atitudes dos vereadores Carlos Valli e Igor Kostolowics (atitudes não esclarecidas). Na seqüência desta Ata o presidente da Câmara, vereador Ruy Lopes, ao se

pronunciar, entendia que o vereador Darci Corbellini deveria agradecer a oportunidade que lhe fora dada de explicar a sua posição nos acontecimentos políticos, em virtude dos comentários desabonatórios que circulavam na cidade. O vereador Darci Corbellini se dizendo conhecer melhor a intenção dos signatários da carta agradecia os mesmos pela oportunidade, esperando que suas explicações fossem satisfatórias.

Quais as atitudes que os Vereadores Carlos Valli e Igor Kostolowics tiveram que impediram o envolvimento de Lajeado em um clima de agitação política são por nós desconhecidas e, ao que nos parece, o vereador Darci Corbellini ao se desculpar estava evitando que se desse maior visibilidade aos fatos acontecidos, em Lajeado, em decorrência de o Golpe Militar de 31 de março ter se consumado e as prisões e perseguições estarem acontecendo em todo o território nacional. Lembramos que Jango estava exilado e Brizola com destino incerto e, em face ao comentário de aguardarem novos acontecimentos para invadirem a prefeitura de Lajeado, poderia estar aguardando alguma deliberação de Brizola para assim se manifestarem.

Ao serem questionados, os entrevistados, sobre a existência de um “Grupo dos Onze” que, segundo a memória coletiva, se reuniam no “Posto Agropecuário” do Ministério da Agricultura localizado onde hoje é o Centro Universitário Univates, em Lajeado, as respostas foram que as relações com o posto eram unicamente profissionais e as reuniões que lá ocorriam nada tinham a ver com “Grupo dos Onze”. Conforme o entrevistado na ET - 7 (2010), o Posto Agropecuário era uma instituição do Ministério da Agricultura onde se tinha um Centro de Pesquisa e incentivo de melhoramento da Suinocultura da região. Foi através desses incentivos que a Suinocultura evoluiu significativamente no Alto Taquari, pois se fornecia matrizes altamente selecionadas e, até hoje, os maiores suinocultores da região em estudo e arredores são remanescentes daquela época.

Para o entrevistado na ET - 6 (2010) que entre suas atividades profissionais também exercia a de pequeno agricultor resultando em amizade com o Chefe do Posto Agropecuário, Sr. Codeville A Tavares, ele estava formando um Grupo dos Onze, justamente por ser uma pessoa destemida e corajosa, mas nunca chegaram a falar diretamente sobre isto. Este depoimento coincide com o que foi pontuado na ET - 5 (2010) que em Lajeado havia uma ramificação do Grupo dos Onze, que se reunia no chamado Posto Agropecuário. O engenheiro

agrônomo que dirigia o Posto era tido como comunista e comentava-se que ele teria dito que quando a contrarrevolução triunfasse, ao estilo cubano, se faria uma limpa em Lajeado.

O Posto agropecuário era exclusivamente voltado para o agricultor. Houve na época uma proposta para construção de açudes (açudagem) para as propriedades produtivas, com o patrocínio da USAID (Plano Americano de Desenvolvimento), como percebeu-se que o interesse era voltado para a venda de máquinas e veículos. Esse plano não prosperou na região (ET – 7, 2010, p.2).

Coincidentemente na noite do Golpe Militar de 31 de março de 1964, um grupo de amigos estava reunido para festejar o aniversário de um deles. A comemoração foi realizada na casa em construção localizada ao longo da Rodovia Governador Leonel Brizola, próxima à entrada de Conventos onde se servia churrasco e litros de chope, os quais estavam enterrados na areia para gelar, visto que energia elétrica ainda não havia na casa. Cada convidado que chegava era recepcionado por foguetes o que foi confundido com tiros. Alguém denunciou que neste ambiente estariam realizando e/ou programando uma contrarrevolução (ET - 6, 2010).

Aqui em roda não tinha nada, era ermo e isto por certo os salvadores de pátria daqui de Lajeado interpretaram que aqui estava sendo detonado à contra revolução e oficiaram anonimamente, entre aspas, que se sabe bem quem foi e quem não foi hoje, para Porto Alegre que aqui estava sendo criado, se estava olhando filmes cubanos e fazendo exercício de tiros, enterrando armas e assim por diante. Isso foi história real daqui de Lajeado, tanto é que no outro dia veio uma canoa especial, constituída desse pessoal da repressão do contra golpe perigoso que estavam surgindo em torno de um churrasco e uma festa de aniversário. Veio um grupo grande de Porto Alegre pra prender todo o mundo aqui (ET-6, 2010, p.4).

Na Ata de 09/04/1964 o vereador Carlos Valli historicizou a presença em Lajeado do cidadão Djalma Monte da Rocha que se fez passar por agente do DOPS, iludindo a boa fé dos lajeadenses. Continuando seu pronunciamento o vereador Carlos Valli pontuou que o Senhor Djalma Monte da Rocha ao ser entrevistado pelo Dr. Osvaldo Feier, presidente do PTB lajeadense, na presença do vereador Darci Corbellini, acusou o Sr. Alípio Hüffner, vice-prefeito de Lajeado, de ter denunciado a autoridades de Porto Alegre, que em Lajeado estavam se preparando para resistirem ao golpe militar.

Conforme relatado na Ata de 09/04/1964 o Sr. Alípio Hüffner teria visto os citados vereadores mencionados acima, fazendo exercícios de tiro ao alvo com fuzis, na localidade de Forquetinha, o qual na época em estudo era Distrito de Lajeado. Injuriado com o que teria escutado, o vereador Carlos Valli procurou o Sr. Alípio Hüffner para que ele confirmasse ou

não a denúncia que se encontrava documentada em gravação em poder do orador. O Senhor Alípio Hüffner negou ter realizado a denúncia, prontificando-se a divulgar uma nota de esclarecimento através da Rádio Independente.

Analisando estas duas versões, ou seja, a ET - 6 (2010) e a Ata de 09/04/1964 podemos relacionar os dados. Como a casa do entrevistado na ET - 6 fica a margem da BR 386, hoje Rodovia Governador Leonel Brizola, e para irmos a Forquetinha passamos por ela, os citados tiros de fuzis podem ser os foguetes com os quais os convidados eram recepcionados para a festa de aniversário. Na mesma entrevista, conforme nos referimos, vieram a Lajeado pessoas ligadas ao grupo de repressão com o intuito de realizarem averiguações e, caso confirmassem a denúncia de estarem realizando e/ou programando uma contrarrevolução, efetuarem as prisões. Coincidentemente os Vereadores Darci Corbellini e Carlos Valli foram os que mais sofreram as ações do DOPS praticadas em Lajeado.

Conforme depoimentos e Atas da Câmara de Vereadores de Lajeado, alguns integrantes do PTB acusados de subversivos foram presos para averiguações. Estas prisões estão registradas na Ata de 25/05/1964 da Câmara de Vereadores de Lajeado, onde os vereadores Carlos Valli e Darci Corbellini agradecem a solidariedade prestada quando de suas prisões. Na Ata de 01/06/1964 o vereador Carlos Valli diz que os membros da comissão de investigação, quando estavam em Lajeado, portavam acintosamente metralhadoras e ameaçavam de prisão os demais companheiros do partido e inclusive ao vereador Ney Arruda vereador de oposição ao PTB. Em depoimento o ET - 7 (2010) diz que os repressores eram pessoas vindas de Porto Alegre fazendo-se passar por Coronel e Major do Exército e que mais tarde se descobriu que um era guarda civil aposentado e o outro era funcionário do Tesouro da Fazenda do Rio Grande do Sul. Inclusive teriam invadido a residência do Vereador Carlos Valli e realizado um pente fino em toda a casa mediante o emprego da violência.

Em entrevista realizada com um familiar de um dos presos que em virtude de uma doença não possui condições de dar seu testemunho, esta pessoa foi presa na rua, em maio de 1964, mas a casa da família vinha sendo vigiada há algum tempo. Ele ficou preso alguns dias e a esposa conseguiu fazer-lhe uma visita, mas logo depois tornou-se incomunicável e, quando solto, agentes de repressão foram a sua casa à procura de armas. Encontraram apenas um revólver, lembrança do pai dele. Posteriormente, realizaram buscas de arma em uma cooperativa no distrito de Tamanduá, hoje pertencente ao Município de Marques de Souza

(ET – 8, 2010). Outra busca se deu em Sete de Setembro, localidade situada em área rural do município de Sério, na época um dos distritos de Lajeado, na casa dos pais do preso.

[...]então aconteceu o golpe e aquela história de ser preso. Todos os dias aquele pessoal do DOPS passava de carro, passavam aqui na frente da casa e perguntavam:
 - Aqui que mora o...?
 E tua via assim que era aquela pressão né! E ai tu respondia
 - É aqui sim,
 Então ta, eles iam embora
 Assim de noite quando se ia dormir paravam o carro, e era muita pressão, ate que no fim ele foi preso (ET - 8, 2010, p. 1).

Conforme entrevistado, um dia após sair da prisão o preso político comprou 50 cobertores e levou para os prisioneiros visto que lá, no presídio, eles dormiam no chão, na pedra. Ao ser questionado se ele comentou ter sofrido algum tipo de violência física disse que não, pois quem cuidava dele eram pessoas de Lajeado, portanto o tratavam com moderação, sem cometerem atos de violência.

Eu não posso me queixar! Teve gente que se queixou de ter sido maltratado, mas eu não fui, tive sorte. Claro que faziam entrevistas, o pessoal do DOPS, aquilo tudo não era muito simpático, mas de agressão física ele nunca se queixou, não chegou a comentar e eu assim nunca percebi marca, realmente não notei (ET - 8, 2010, p.2).

Dando continuidade à entrevista ET - 8 (2010), para a família a maior violência sofrida foi a psicológica como a de serem chamados de comunistas e o afastamento de amigos com medo de, igualmente, serem chamados de comunistas e vítimas da repressão. O entrevistado nos contou que certa vez foi a um açougue, perto de sua casa, e uma mulher se referiu a sua pessoa como familiar de comunista e algumas pessoas, que até então eram amigas, com a revolução passaram a ser inimigas pelo fato de possuírem ideologias políticas diferentes. Entretanto, com o retorno da democracia e o fim das perseguições e dos governos militares a vida voltou ao ritmo normal.

Ao pesquisarmos em Estrela, encontramos um ferrenho defensor da ideologia brizolista e em virtude disto foi preso por agentes do DOPS, enquanto trabalhava, acusado de fazer parte de um Grupo dos Onze. Igualmente realizamos a entrevista com um integrante de sua família, visto que ele apresenta problemas de saúde que o impedem de dar a sua versão dos fatos. Conforme Processo Indenizatório de 1998, os presos na cidade de Estrela são: Noé Martins de Souza, Pedro Eugenio Horn, Lauro Petter, Antonio Caminha Filho, e Honoré Kato Jover.

O familiar nos contou que este preso sempre foi simpatizante de Brizola, sua admiração iniciou quando Brizola era prefeito de Porto Alegre por tudo que ele representou para a educação, saúde, etc. O familiar do depoente e mais alguns amigos que se identificavam com a ideologia do Brizola criaram, em Estrela, o PTB onde o Senhor José Fernandes, pai do Deputado Estadual Paulo Argeu Saraiva Fernandes era o presidente (ET - 1, 2010).

Ao ser questionado como seu familiar ficou sabendo da formação dos Grupos dos Onze, o depoente informou não saber muito, pois tudo era muito sigiloso e que a família ficou sabendo que ele pertencia a um dos grupos no dia da prisão. O entrevistado informou que trabalhava e passou o dia na SOGES estudando, quando chegou em casa ficou sabendo da prisão e a casa estava toda revistada a procura de armas que o Brizola teria enviado. O senhor que foi preso trabalhava em um serviço público em Estrela. Chegaram pessoas se identificando como agentes do DOPS, em seu local de trabalho, e o prenderam. Passaram primeiramente em casa para localizarem as supostas armas, em seguida para o Destacamento da Brigada Militar de Estrela e após, com os demais presos ao presídio de Lajeado (ET - 1, 2010, p.).

O tempo em que ele permaneceu preso foi de sete a oito dias e isolado dos seus companheiros de grupo, visto que ele era considerado o líder do seu Grupo dos Onze, em Estrela, além de comunista e subversivo tanto é que o chamavam de “Piranha”. Um cunhado ia até o presídio em busca de notícias e levar roupas e alimentos, mas tinha que deixar tudo na entrada do presídio, pois ele estava incomunicável. Os outros presos iam saindo e ele permanecia, foi o último a sair. Ao ser questionado se houve violência física, o depoente informou ter desconfiado que seu cônjuge sofreu sim: “Ele com certeza apanhou bastante né! Ele era considerado o Piranha, então não ia apanhar? Apanhou, é que o orgulho não deixa né” (ET - 1, 2010, p.4)

Os dias que se seguiram a prisão foram angustiantes, apenas dois amigos foram visitar a família. O entrevistado relatou que na casa do preso ficaram a esposa, a mãe dele e dois filhos pequenos que não entendiam a ausência do pai e a ansiedade que a mãe e a avó transmitiam. A vizinhança toda se afastaram, tinham medo de se relacionarem com a família de um comunista e serem perseguidos também.

A angústia foi muito grande pela mãe do [...], ela era velhinha e a coitadinha não sabia o que é que tava acontecendo, ela chorava muito e nem eu sabia né o que, por que tava acontecendo. Só fiquei sabendo no dia que foi preso e aí eu estava com a vó e as duas meninas porque que levaram o pai, quem levou o pai, então aqueles dias foram bem angustiantes sabe, mas aí a gente ia muito à missa, rezava muito, chegava em casa fazia novena e sabe foi passando, foi passando e graças a Deus, sem aviso sem nada a gente viu ele chegando em casa (ET - 1, 2010, p.5).

Após a prisão, a família procurou ter vida normal, retornaram ao trabalho e todos os colegas o trataram com normalidade. Um deles que trabalhava em uma escola informou que a diretora e muitas colegas que também eram Brizolistas aproveitavam para, quando possível, trocaram ideias e entenderem o que estava acontecendo. Conta que sempre trabalhou em escolas de bairros e que nunca foi convidado para trabalhar no Vidal de Negreiros (escola estadual) ou na Coordenadoria de Ensino, mas também, informa que nunca solicitou isso. Em uma oportunidade o seu nome foi cogitado para ser professor no Colégio Santo Antonio (escola particular), entretanto um gestor solicitou para as regentes checarem se este professor não era comunista, em decorrência de um dos seus familiares ter sido preso acusado de comunista.

Psicologicamente ele foi muito afetado, muito! Como eu te disse ele era criatura, a gente frequentava, sempre foi sócio da SOGES, não perdia baile, as meninas debutaram tudo a gente fazia né normalmente. E desde que ele foi preso tu notava, as meninas debutaram assim, a cara e custo porque ele não queria entrar de novo na sociedade, ele estava revoltado com o povo daquela época. Eu sempre mostrei que fazia e que podia e eles não interessam a opinião deles. Eu sabia o homem que era o Noé. A criatura que ele sempre foi, sempre justo, honesto, trabalhador. Porque que ele ia fazer alguma coisa pro mal? Estava criando filhos, sabendo que mais tarde isto ia repercutir em prejuízo dos filhos dele! Jamais ia fazer alguma coisa errada. Ele fazia por amor à política, ao partido sei lá eu o quê (ET - 1, 2010, p.6).

Em 1998, este preso político de Estrela entrou com pedido de indenização ao Estado após saber através do também ex-presos político Marcos Klassmann que estavam indenizando quem tinha sofrido violência física durante a prisão e vindo a ter suas atividades diárias prejudicadas em decorrência delas. Contrataram o mesmo escritório de advogados que defendiam as ações de Marcos Klassmann ⁵, em Porto Alegre, conseguindo assim duas indenizações uma do governo estadual e outra federal por possuir sequelas na mão direita em virtude de um ferimento causado no dia da prisão.

⁵ Marcos Klassmann nasceu em Lajeado e ainda criança foi morar em Porto Alegre com a família. Em 1976 durante a campanha que o elegeu a vereador em Porto Alegre foi preso e em 1977 após se pronunciar contra a cassação do vereador Glênio Peres também teve seus direitos políticos cassados (Zero Hora, 10/02/77) (ANEXO,F).

Em Estrela, também ocorreu a prisão de um médico, vereador pelo PTB e acusado de fazer parte do “Grupo dos Onze”. Conforme ET - 7 (2010), esta prisão não ocorreu na cidade de Estrela, mas na região onde hoje temos o Município de Teutônia, lugar onde ele exercia a profissão. Segundo reportagem publicada no jornal O Informativo do Vale (BOATTINI, 28/03.09, p.15) um médico foi preso em Boa Vista, localidade que pertencia à Estrela, hoje Teutônia, por supostas ligações com a esquerda e havia boato de que moradores do interior de Estrela eram integrantes do “Grupo dos Onze” e, com receio de serem descobertos, jogaram as armas no Rio Taquari.

Em relação a Cruzeiro do Sul, não temos notícias de que algum Grupo dos Onze tenha se formado, mas na ET - 1(2010) e na ET - 2 (2010) é informado que uma pessoa, identificada como Lagranha, foi presa e torturada fisicamente. Conforme ET - 2 (2010, p. 6), o preso não possuía relação com Grupo dos Onze, era apenas um agente do correio e foi denunciado por uma vizinha que ele teria recebido, durante a noite, um carregamento de armas “não foi tornado sexualmente impotente a pontapé de tanta tortura porque Deus iluminou”. Confrontamo-nos aqui com uma situação ocorrida com diversas pessoas durante os governos militares no Brasil onde pessoas foram presas e torturadas para que confessassem crimes políticos, partindo de suposições e denúncias sem provas concretas de os terem cometido. Isto explica o medo que as pessoas sentiam e o distanciamento que alguns amigos se autoimpuseram dos familiares dos considerados subversivos conforme já relatamos.

O mesmo entrevistado de Cruzeiro do Sul ET - 2 (2010) ressalta que seu tio, mais umas cinco pessoas de Cruzeiro do Sul, foram presos acusados de fazerem parte de um Grupo dos Onze. Ele mesmo aguardava em casa sua prisão, a qual não aconteceu, pois tinha as costas quentes visto que seu sogro, que havia morrido pouco antes era do Partido Libertador. Contudo recebeu avisos para tomar cuidado com o que falava.

[...] Diga pro vosso filho cuidar com o ele fala que pode ser muito ruim pra ele. Meu pai foi lá desesperado lá em casa. Digo: - Vou falar o que quero, não tenho medo de ninguém, eu falo só a verdade, mas assim mesmo me cuidei um pouquinho mais. Eu tava esperando minha prisão a toda a hora Eu tinha um casaco comprido, cor de bugio, que estava com os bolsos cheios de cigarros para levar junto, e eu tinha um revolver, até registrei ele agora. Eu abri uma polia que eu tinha moinho lá e botei ele lá dentro e o livreto do Brizola da organização do Grupo dos Onze e fechei a roda e deixei lá (ET - 2, 2010, p 6).

Nesta mesma entrevista é pontuado que os presos foram soltos graças à intervenção do Senhor Ney Arruda, vereador de Lajeado e amigo do Governador Ildo Meneghetti. Dr. Ney, como é conhecido, teria ligado ao governador solicitando a soltura dos presos. Este fato é compartilhado na ET - 5 (2010) e na Ata de 01/06/1964, da Câmara de Vereadores de Lajeado, onde o Vereador Carlos Valli diz saber que a ordem de soltura de sua pessoa e dos demais presos partiu da autoridade do Estado e não de chefes do militares do Rio Grande do Sul e agradece a intervenção do Vereador Ney Arruda.

Na cidade de Arroio do Meio, não identificamos nenhuma pessoa com alguma ligação com Grupo dos Onze. O entrevistado ET - 4 (2010) diz desconhecer que tenha ocorrido alguma prisão ou que alguém tenha sido convocado para depor no DOPS, no entanto, havia em Arroio do Meio o Capitão Aldo Thomé, responsável pela junta de alistamento militar, mais conhecido como professor de Educação Física que podia estar sendo cobrado pelos serviços de segurança, ficar de olho na população. Após acabarem com os partidos políticos e o surgimento do bipartidarismo, o MDB e a ARENA, se ele teve de prestar alguma informação ou ficar vigiando, tudo aconteceu de forma ligth, nada ostensivamente.

O MDB aqui não teve dificuldade pra exercer o papel de partido de oposição. Claro que o pessoal fazia isso com muito cuidado, sabendo que estavam sujeitos a uma repressão e como o pessoal aqui é pacífico. Aqui nessa época, quantos anos fazem isto? 45, 46 anos (ET-4, 2010, p.1).

Concluindo o curso superior, pela UFRGS em Porto Alegre o entrevistado, com pretensões de vir trabalhar na Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) em Arroio do Meio, veio conhecer o município em julho de 1965 e quem o recebeu foi o presidente da câmara, pois o Prefeito Sr. Arnesto Dalpian, embora pertencesse ao partido de oposição estava em Brasília. Ele era uma pessoa muito coerente e os trabalhos, em relação à prefeitura, se mantinham dentro da normalidade, assim como as atividades desenvolvidas na ASCAR.

Eu organizava agricultores aqui à vontade do jeito que eu queria. Tinha grupo de líderes de agricultores pelo trabalho de conservação do solo. A minha colega de trabalho que era a extensionista que cuidava do bem estar social, ela organizava como queria as mulheres, clubes de mães. Fazia o que queria, fazia concentração. Juntava-se a turma e fazia-se um movimento maior e nunca fomos alertados de que não podíamos reunir. A moça e eu organizamos 17 clubes de jovens, os “ Clubes 4S”. Fizemos uma concentração em 67. De manhã aqui no cinema e de tarde na Santa Rita, em um potreiro que tinha lá e criamos o conselho municipal juventude. Organização da cidade para dar apoio ao meio rural e em nada disso nós fomos impedidos. Enfim, passou e eu não deixei de fazer nada que fosse recomendado não

fazer. E na policia nunca vi nada ou algum grupo que tinha sido convocado para depor. Enfim, não tenho muito para dizer (ET - 4, 2010, p. 2).

Em busca de mais informações, as quais pudessem nos dar maior visibilidade, sobre atos de arbitrariedades, em Arroio do Meio, fomos consultar as Atas da Câmara de Vereadores, onde encontramos o seguinte por parte do vereador Rafael Loch. “Comentando a Revolução democrática que ocorreu em nossa Pátria a influência comunista, dizendo-se perfeita e intimamente integrado ao movimento de 31 de março. Lamentou, contudo, que houvesse ocorrido excesso e arbitrariedades, aqui mesmo em nossa cidade, em outras cidades do Alto Taquari[...]”(ATA de 16/06/1964, f. 89 B-90 A). Em resposta a este comentário, o Vereador João Sbardelotto, na próxima reunião da Câmara de Vereadores de Arroio do Meio fez o seguinte parecer. “[...] devo dizer que felizmente a revolução não foi vencida pelo lado da esquerda, pois se a revolução fosse vencida pela esquerda, nós teríamos o Paredón funcionando [...]” (ATA de 16/06/1964, f. 92 B), continuando sua análise este vereador se mostra satisfeito com o golpe, pois felizmente o povo brasileiro estava vivendo dias de tranquilidade.

Mediante o pronunciamento acima citado, o Vereador Rafael Loch pontuou que algumas pessoas desconheciam fatos ocorridos em Arroio do Meio e região os quais demonstravam que houve repressão no Vale do Taquari. “[...] O excesso que houve aqui em nossa cidade e aqui o vereador João Sbardelotto prova que não conhece a situação local, foi que na base de metralhadora em punho se pretendiam colher informações de diretores de firma [...]” (ATA de 23/07/1964, f.92 B-93 A)”. Analisando isto podemos concluir que também no município de Arroio do Meio houve atos de repressão para com as pessoas contrárias ao poder que se instalava no Brasil. Estas pessoas demonstraram sua ideologia de alguma forma, seja na tentativa de formar um Grupo dos Onze, se mostrando a favor das reformas de base defendidas por Brizola, ou sendo do PTB.

Na ET - 5 (2010), o depoente narrou que nos dias que ocorreram as prisões, o presídio de Lajeado estava cercado por militares e poucas eram as pessoas que podiam contatar com os presos. Ao questionar o responsável pelas prisões em Lajeado e região, este lhe teria dito que estávamos vivendo um regime de exceção e que em nome da desconfiança com relação aos Grupos dos Onze, ou outras manifestações contrárias ao novo regime haviam realizado prisões de caráter preventivo e estes permaneceriam presos até encerrarem as investigações.

No tocante a exílio, a região não teve pessoas que tiveram de deixar o Brasil por força do Golpe Militar de 31 de março de 1964. Como exceção, o depoente da ET - 6 (2010, p.6 - 7) se autoexilou na Alemanha por dez meses, e ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a se afastar do Brasil por este período, me responde que: “Por seguir uma linha ideológica, muitas vezes se sai atropelado e até corrigir o atropelamento é melhor não estar pra não ser atropelado. Então foi melhor ficar fora alguns meses até que a poeira descesse”(ET - 6, 2010, p.6-7).

No entanto, a região se solidarizou com Flávio Tavares, jornalista e advogado, nascido em Lajeado onde possui familiares até hoje e Bona Garcia que, igualmente, possui familiares em Lajeado, os quais se opuseram ao golpe militar e foram presos, torturados e exilados políticos e tiveram permissão para retornar ao Brasil após a lei da anistia em 1979. Esta solidariedade é percebida na ET - 8 (2010) e na ET - 3 (2010).

Conforme pontuado por Foucault (1996), o poder é um dispositivo que ninguém escapa e se dissemina por todas as estruturas sociais e estas relações de poder aparecem na área pesquisada. Ao analisarmos as entrevistas, as pesquisas efetuadas nas fontes documentais, ele se manifesta como objeto de desejo para o desenvolvimento da região e das pessoas nela inseridas e ele foi transitório, ou seja, em alguns momentos uma corrente ideológica e política o tinha e em outros momentos ele foi cedido à outra corrente ideológica, mas sempre apresentando resistência. Os Grupos dos Onze, aqui, também foram usados para este fim, pois embora eles não tenham se formado em grandes quantidades, serviram para legitimar o imaginário comunista e o poder do grupo que se apoderava do futuro do Brasil.

Darci Corbellini é quem mais se faz presente na memória das pessoas, quando se fala em “Grupo dos Onze” na região onde efetuamos a pesquisa. Durante estes anos de ditadura se manteve atuando na política pelo MDB e exerceu o cargo de prefeito por duas vezes de 31 de janeiro de 1968 até 31 de janeiro de 1973 e de 31 de janeiro de 1977 até 31 de janeiro de 1983 e mantinha contato com Brizola, quando este se encontrava exilado no Uruguai, inclusive visitando-o. Em sete de setembro de 1979, quando Brizola chega a São Borja retornando do exílio, estava entre a multidão de pessoas que foram saudá-lo e convidando-o a visitar Lajeado o que ocorreu no dia 29 deste mesmo mês, assim como estava entre os convidados na sua posse a Governador do Rio de Janeiro em 1983 (ANEXOS G , H e I).

Deixando as ideologias políticas de lado, procurou trabalhar para o bem comum e o crescimento regional, não vacilando em dar todo o apoio possível, quando exerceu pela primeira vez o cargo de Prefeito de Lajeado para a comissão que trabalhava para implantar em Lajeado o ensino Universitário. Conforme ET - 5 (2010), o ensino superior em Lajeado foi implantado graças as boas relações de amizade que o depoente mantinha com o governo em todas as esferas políticas, ou seja, municipal, estadual e nacional. Foi neste período que se instalou em Lajeado o Colégio Estadual Castelo Branco como proposta principal o Ensino Médio. Depois o ensino superior com a criação da Associação Pró-Ensino Universitário no Alto Taquari (APEUAT), primeiramente como extensão da Universidade de Caxias do Sul de 1969 a 1972 quando se criou a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES). Durante os anos de 1969 a 1972, o depoente destaca a doação do imóvel que pertencia ao Ministério da Agricultura para a construção do Campus Universitário da FATES, hoje Universidade do Vale do Taquari (Univates.)

Encerramos, assim, este capítulo onde realizamos um breve histórico da situação política da região, com ênfase para o município de Lajeado. Destacamos que pelos depoimentos houve a criação de alguns Grupos dos Onze, os quais não são legitimados pelos militantes do PTB que atuavam nas esferas políticas da época. Outro fato a ser destacado é que não encontramos pessoas de classes populares que teriam pertencido ao Grupo dos Onze o que nos leva a concluir que aqui as manifestações eram de apoio a Brizola em suas pretensões políticas e democráticas.

5 CONCLUSÃO

Ao chegarmos ao fim desta pesquisa na qual a temática central é a formação dos Grupos dos Onze no Brasil com ênfase para a região do Vale do Taquari e sua repercussão junto à sociedade apresentamos nossas considerações finais. Inicialmente é possível constatar que a formação dos Grupos dos Onze proposta por Leonel Brizola, pode ser considerado um movimento de esquerda de curta duração que espalhou medo nas classes conservadoras e políticas contrária às reformas de base defendidas por Brizola.

Para entendermos a criação destes grupos, os quais estão inseridos nas disputas políticas pelo poder retrocedemos no tempo até a proclamação da República Brasileira, em 1889, quando no Brasil surgem os partidos políticos e se acentuam as rivalidades políticas entre os civis e militares. Lembramos que a queda da monarquia e a implantação do novo regime político, assim como as demais trocas de regime governista no Brasil, aconteceram em decorrência da disputa pelo poder entre diferentes ideologias políticas ou entre partidários quando mais de uma pessoa tinha pretensões de assumir o poder.

Os Grupos dos Onze foram organizados em uma época de grande disputa pelo poder no Brasil. Este poder era pleiteado entre direita, na qual pertenciam as classes civis conservadoras e os militares graduados, e a esquerda liderada por Leonel Brizola, expressivo líder popular depois de Getúlio Vargas e grande defensor das Reformas de Base, dentre elas a Reforma Agrária e Urbana que se aprovadas viriam favorecer as classes populares intensificando, assim, a radicalização política.

Brizola entusiasmado com a grande notoriedade nacional, alcançada, principalmente, com o "Movimento da Legalidade" e com pretensões de ampliá-la, talvez pensando em uma

disputa pela presidência da República tentou novamente mobilizar o povo, agora em defesa das Reformas de Base e da espoliação internacional. Esta mobilização, em todo o território Brasileiro seria efetivada com a criação de Grupos compostos por onze pessoas os quais se uniriam entre si e formariam um grande exército popular.

Dentre as problemáticas apresentadas temos que como a proposta de formação dos Grupos dos Onze deveria ocorrer em todo o território nacional, teriam estes grupos sido criados em todo o Brasil, inclusive na região do Vale do Taquari? Na pesquisa realizada, encontramos referência a formação destes grupos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, inclusive onde delimitamos a pesquisa, mas sem a efetiva organização, provavelmente por falta de tempo, pois conforme já pontuamos entre os primeiros chamamentos de Brizola, em outubro de 1963 e o Golpe Militar de 31 de março de 1964 não houve tempo, suficiente, para a organização e difusão dos mesmos em nível nacional.

A forma encontrada, por Brizola, para lançar a formação dos grupos dos Onze, esteve embasada na Campanha da Legalidade, ou seja, através dos chamamentos pelo rádio. Ela já havia alcançado notoriedade nacional exercendo grande carisma popular o que lhe facilitava a mobilização de grande contingente populacional em defesa de suas pretensões, que vinham ao encontro das necessidades das classes menos favorecidas economicamente.

Estes grupos foram amplamente divulgados pelo rádio e pela imprensa e produziram diferentes reações. Para a direita conservadora representava o perigo vermelho. Visto que neste período, em nível mundial, se combatia o comunismo, considerado o mal do século. Para a esquerda representava a possibilidade da efetivação das Reformas de Base e o fim da espoliação internacional e para outros, ainda, a possibilidade de comprar ou receber terras, com a Reforma Agrária.

Se houve efetiva organização, podemos dizer que esta ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, por ser ele o lugar onde Brizola realizava os chamamentos públicos, através da Radio Mayrink Veiga e era para lá que se encaminhavam as atas de formação dos Grupos dos Onze. No Rio Grande do Sul estavam iniciando a organização destes grupos, inclusive na região pesquisada que é o Vale do Taquari, mas com o Golpe Militar os acontecimentos se precipitaram o povo não estava organizado, suficientemente, para impor resistência.

No que tange a problemática da defesa da democracia através das Reformas de Base e a libertar a pátria da espoliação internacional, Brizola, não acreditava que o Congresso Nacional, aprovaria as reformas, sem grande pressão popular. Diante disto lança a proposta de criação dos Grupos dos Onze, para pressionar o Congresso Nacional e a persuadir o Presidente da República, caso fosse necessário a aprová-las.

O Brasil estava vivenciando um período de conturbada vida política. As massas populares se organizavam com pretensões de ampliarem sua participação política e a lutar pelas questões pontuadas nas Reformas de Base, com ênfase na Reforma Agrária que era debatida nos quatro cantos do país. Brizola, através do rádio e com linguagem simples conseguia levar ao povo os principais problemas do Brasil.

Ao defender as Reformas de Base, que melhorariam a vida do cidadão brasileiro, Brizola podia estar pleiteando uma possível candidatura à Presidência da República, mas isto somente tornar-se-ia possível, mediante uma Nova Constituição, pois a que estava em vigor não permitia que parentes do Presidente da República, inclusive cunhados se candidatassem a disputa pelo cargo. \

A direita conservadora, composta pelos militares graduados e civis ligados a UDN que há tempo tinham pretensões de tomar o poder no Brasil, temendo o avanço de Brizola como líder popular, lançam uma campanha em nível nacional contra Jango e Brizola. Alertavam ao povo brasileiro que caso Jango e Brizola não fossem detidos e as Reformas de Base implantadas, o Brasil corria sério risco de se tornar um país comunistas, aos moldes do regime de Fidel Castro em Cuba. Assim como a proposta da criação dos Grupos dos Onze, esta também se espalhou no Brasil, levando o medo às classes conservadoras que apoiaram o Golpe Militar, pois temiam que perdessem seus bens e a liberdade de expressão, caso Jango permanecesse na presidência ou esta viesse a ser ocupada por Brizola, o que não se descarta de suas pretensões, pois entre as Reformas de Base defendidas por Brizola estava a de uma nova Constituição Brasileira, a qual lhe permitiria candidatar-se à presidência do Brasil.

No Rio Grande do Sul foi um dos Estados em que mais se formaram Grupos dos Onze, provavelmente por ser o Estado em que Brizola nasceu e iniciou sua carreira política, além de ser ferrenho defensor da política do também gaúcho Getúlio Vargas. O carisma de Brizola com o povo gaúcho provém do início de sua carreira política, conforme é possível

perceber no que foi dito na ET - 1 (2010, p.1), ao ser questionado de onde vinha o engajamento com a ideologia Brizolista. “Ah! Isso foi antes da eleição dele para governador, se admirava muito Brizola, por tudo que ele tinha feito como prefeito, pela educação e pela saúde” e ela se consolidou com a campanha da Legalidade, quando ele conseguiu unir o povo em defesa da posse de João Goulart.

No Vale do Taquari, também tivemos a formação do Grupo dos Onze, embora em menor número e repercussão que em outras regiões do Estado, provavelmente pelos líderes políticos serem amigos de Brizola e terem iniciado a formação dos grupos quando o golpe militar já se aproximava, ocasionando o rompimento deste engajamento o que não significa menor envolvimento político. Denúncias, perseguições, prisões e torturas ocorreram com pessoas envolvidas na causa e também com pessoas que não estavam envolvidas. Talvez a repressão no Vale do Taquari não tenha sido maior ainda, visto que a maioria das pessoas envolvidas na causa eram lideranças políticas e/ou exerciam profissão de destaque na região. Contatamos ainda que a intervenção junto ao governo que se instalava de pessoas que tinham boas relações com este lhes possibilitaram uma flexibilidade nas formas de repressão que estavam se instalando na região pesquisada.

Na problemática relativa ao Vale do Taquari, os petebistas viam estas propostas de interesse nacional, como um meio de proporcionar o desenvolvimento regional. O vale já se caracterizava pela pequena propriedade rural o que afasta a hipótese da luta pela Reforma Agrária, mas reforça a defesa das reformas como um todo, visto que, os envolvidos em defesa dos ideais propostos por Brizola eram jovens idealistas, filiados ao PTB e sensibilizados com o discurso de Brizola abraçavam a causa, pensando em melhorar a qualidade de vida da região.

Outro fator que deve ser destacado na região em estudo é que, embora tivessem diferentes ideologias, os quais também disputavam o poder entre si, os líderes políticos conseguiram deixar estas diferenças de lado em busca de objetivos comuns para a região. Como exemplo, podemos citar a criação da Associação Pró-Ensino Universitário do Alto Taquari (APEUAT), em 1969, hoje o Centro Universitário UNIVATES (Universidade do Vale do Taquari de Ensino Superior), a qual possibilitou e facilitou o acesso ao ensino superior para muitas pessoas que não possuíam outros meios de fazê-lo e, como consequência, a retenção deste capital humano e maior desenvolvimento regional.

Devemos considerar que os “Grupo dos Onze” não tiveram maior sucesso no Brasil, pois o Golpe Militar foi implantado antes do previsto por Brizola e os grupos não estavam efetivamente organizados e em condições de contrapor-se ao novo regime de governo brasileiro. As lideranças políticas, consideradas de esquerda tiveram que deixar o Brasil, partindo para o exílio e os militares se utilizaram da criação destes grupos para se apoderarem do poder, mediante o medo que a palavra “comunismo” representava, visto este ser o mal do século. Durante os anos seguintes, quaisquer movimentos contrários ao governo foram severamente punidos com prisões, torturas e a expulsão destas pessoas do Brasil.

Mediante o desgaste dos Governos Militares, em 1979, e pressão internacional contra os regimes ditatoriais na América Latina como um todo, iniciou-se o abrandamento da repressão brasileira. A presidência do Brasil era ocupada pelo militar João Batista Figueiredo que concedeu a anistia para as pessoas acusadas de terem cometido crimes políticos no Brasil, possibilitando que muitas pessoas, expulsas do Brasil por se oporem ao governo militar, puderam retornar aos lares brasileiros. Entre estas pessoas estava Leonel Brizola, que após quinze anos de exílio, pôde retornar ao Brasil e aos poucos reassumir suas atividades políticas, visto que sua liderança política foi mantida durante sua estada no exterior.

Em relação aos “Grupos dos Onze”, com exceção dos meses imediatos após o golpe, não se falou mais publicamente neles, sendo assim podemos concluir que a proposta de formação dos Grupos dos Onze a nível nacional foi uma tentativa desesperada de Brizola para criar resistência contra um possível golpe que estava sendo articulado pelas pessoas contrárias ao governo de Jango. Embora posta em prática poucos meses antes do golpe atingiu um nível razoável de pessoas, mas estas não estavam suficientemente organizadas o que ficou bem evidenciado na região onde aplicamos nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

Documentais

ATA de 13/04/1964, **Câmara Municipal de Lajeado RS**, Livro 64, 65, 66, Ata número 6./64.

ATA de 09/04/1964, **Câmara Municipal de Lajeado RS**, Livro 64, 65, 66, Ata número 09./64.

ATA de 25/05/1964, **Câmara Municipal de Lajeado RS**, Livro 64, 65, 66, Ata número 12./64.

ATA de 01/06/1964, **Câmara Municipal de Lajeado RS**, Livro 64, 65, 66, Ata número 13./64.

ATA de 16/06/1964, **Câmara Municipal de Arroio do Meio RS**, Livro número 3./64, Ata número 430.

ATA de 23/07/1964, **Câmara Municipal de Arroio do Meio RS**, Livro número 3./64, Ata número 431.

ET - 1 **Entrevista realizada em 20 de abril de 2010**. Gravada em MP4 com 29 minutos de duração, Estrela/ RS.

ET - 2 **Entrevista realizada em 08 de maio de 2010**. Gravada em MP4 com 36 minutos de duração, Cruzeiro do Sul/ RS

ET - 3 **Entrevista realizada em 15 de agosto 2010**. Gravada em MP4 com 25 minutos e 45 segundos de duração, Lajeado/ RS;

ET - 4 **Entrevista realizada em 16 de agosto de 2010**. Gravada em MP4 com 32 minutos e 48 segundos de duração, Lajeado/ RS;

ET - 5 **Entrevista realizada em 25 de agosto de 2010.** Gravada em MP4 com 43 minutos e 52 segundos de duração, Lajeado/ RS;

ET - 6 **Entrevista realizada em 11 de setembro de 2010.** Gravada em MP4 com 42 minutos e cinco segundos de duração, Lajeado/ RS;

ET - 7 **Entrevista realizada em 14 de setembro de 2010.** Gravada em MP4 com 21 minutos e dezessete segundos de duração, Lajeado/ RS;

ET - 8 **Entrevista realizada em 17 de setembro de 2010.** Gravada em MP4 com 21 minutos e 24 segundos de duração, Lajeado/ RS;

LIVRO TOMBO de 1881-1930. **Livro de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola, V 1.** Lajeado/RS.

LIVRO TOMBO de 1930-1941. **Livro de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola, V 2.** Lajeado/RS.

LIVRO TOMBO de 1942-1961. **Livro de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola, V 3.** Lajeado/RS

LIVRO TOMBO de 1962-1994 **Livro de Tombo da Paróquia Santo Inácio de Loyola, V 4.** Lajeado/RS.

PROCESSO INDENIZATÓRIO DE 1998 de Noé Martins de Souza. **Processo indenizatório de número 006255 – 12.00 SJS 98.7**, por Antecedentes Políticos, expedido em 13 de agosto de 1998 contra o Estado do Rio Grande do Sul; Estrela (acervo particular).

Bibliográficas

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze:** Os Comandos Nacionalistas na Região Alto Uruguai. Passo Fundo: UPF, 2005.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República:** de 1961 a 1967. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e a presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína(org.). **usos & abusos da História Oral.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BEKER, Jean-Jaques. O habdicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína(org.). **usos & abusos da História Oral.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CAPELATO, Maria H R: História Política: Historiografia **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; FGV, v 9, n 17, p.161-165, 1996. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2016/1155>. Acesso em 29 mai. 2010.

CUNHA, Luiz Claudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In PADROS, Enrique S et al (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 História e Memória 1985**. Volume 1 Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 64. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 179- 222.

FAUSTO, Boris, **História do Brasil**. 8º ed. São Paulo: USP, 2000.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína(org.). **usos & abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Cudillo: Leonel Brizola um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

FOUCAULT, Micahael. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Miranda. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. **Verás Que Um Filho Teu Não Foge À Luta**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989.

GONZALES, Sérgio. Grupos dos Onze: Lembranças que contam a verdade histórica. In PADROS, Enrique Serra et al (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 História e Memória 1985**. Volume 1 Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 64. Porto Alegre, Corag, 2009. p. 97- 107.

GUERTZ, René Estado Novo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org.). **História do Rio Grande do Sul**. República: Da Revolução de 1930 À Ditadura Militar (1930-1985).vol 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 39-58.

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura, 2004.

LISBOA, Suzana K (org) Rio Grande do Sul: militantes mortos e desaparecidos. In PADROS, Enrique S. et al (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964**. Volume 2. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 267 -300.

LOPES, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**, 9ª- ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MORAES, Dênis. **A Esquerda E O Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado I**. Lajeado: editado pelo autor, 1992.

SECCHI, Cristiane. **Ferrovias do Trigo: Uma História Sobre os Trilhos (1940-1980)**. 2008. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

SILVA, Wellington T. **Jornal Brasil, Urgente (1963- 1964)**, 2009, Revista Digital, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://200.233.146.122:81/revistadigital/>. Acesso em: 05 nov. 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getulio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze**: Uma Insurreição Reprimida. Passo Fundo: UPF, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WAIMER, Raimundo. **Meu Século de Vida**. Porto Alegre: Evangraf, 2008.

WASSERMAN, Cúdia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “Celeiro” do Brasil. In PADROS, Enrique S, et al (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 História e Memória 1985**. Volume 1 Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 64. Porto Alegre, Corag, 2009. p. 51- 70.

Periódicos

BOATTINI JUNIOR, Danton. A Ditadura que os livros não contam. **O Informativo do Vale**, p.14 -15, 28 de mar. 2009.

Revista O Cruzeiro. 08 de agosto de 1964. **Segundo informe oficial, o montante do auxílio de Fidel Castro a Brizola seria da ordem de 19 bilhões de cruzeiros, naquela época.**

O Informativo do Vale. 29 de setembro de 1977, **Leonel Brizola estará hoje a noite em Lajeado**. Lajeado, RS, 29 de setembro de 1977, capa

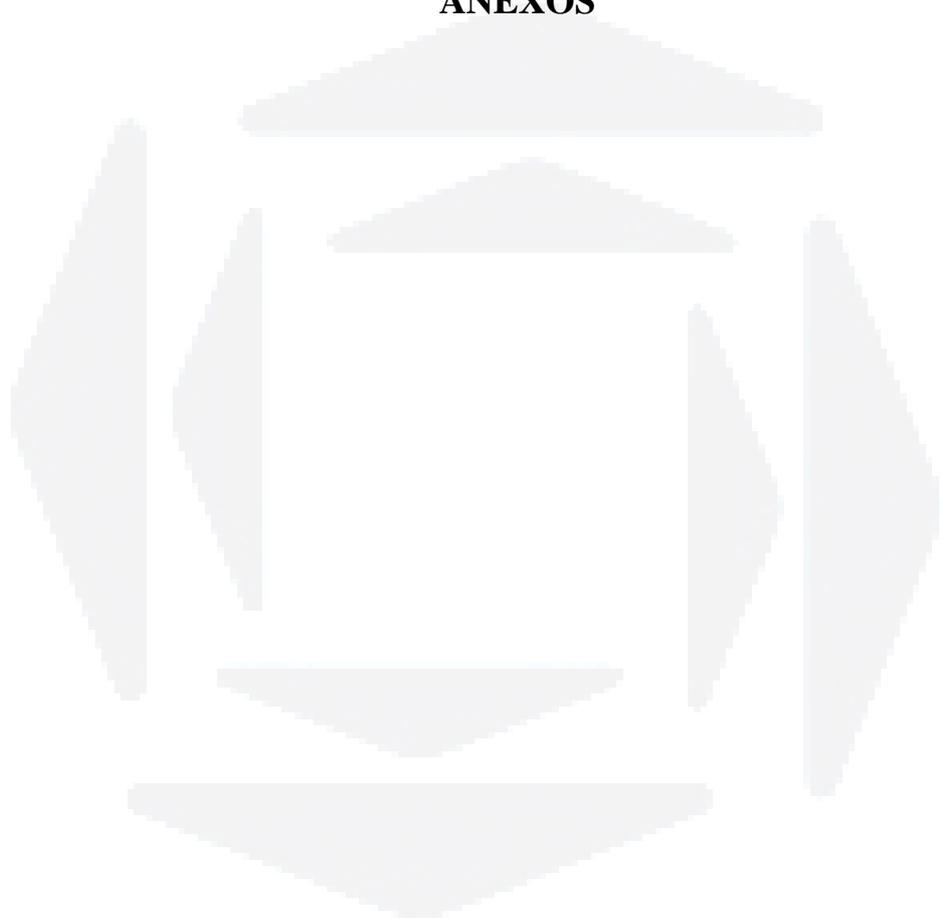
Última Hora. 02 de dezembro de 1963, p.4 **Brizola Prega União para Defender Reformas de Base**. Porto Alegre, RS

Zero Hora. 10 de fevereiro de 1977, p. 8. **O Último Discurso.** Porto Alegre, RS

Zero Hora, 20 de agosto de 1964, p.10. **General Alberto Revela os Objetivos dos Grupos dos Onze.** Porto Alegre, RS



ANEXOS



LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Jornal Última Hora (02/12/1964, p. 4) reportagem sobre os pronunciamentos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga.....	90
ANEXO B – Modelo de Ata dos Grupos dos Onze dos Onze.....	91
ANEXO C – Revista o Cruzeiro, Ata de um Grupo dos Onze de 08/08/1964.....	92
ANEXO D– Jornal Brasil, Urgente” (29/12/1963 a 06/01/1964, p.19), Reportagem sobre os Grupos dos Onze.....	93
ANEXO E – O Cruzeiro. Reportagem (13/07/1964, p. 7) condenando as ações de Jango, Brizola e a formação dos Grupos dos Onze.....	94
ANEXO F – Discurso de cassação de Marcos Klassmann.....	95
ANEXO F – Fotografia de Leonel Brizola em Lajeado em fins dos anos 50.....	96
ANEXO G – O Informativo do Vale (02/10/1977, p.3). Fotografia de Brizola em Lajeado com a imprensa em.1979.....	97
ANEXO H – O Informativo do Vale de (02/10/1977, capa). Reportagem “Brizola em Lajeado”.....	98

ANEXO A – Jornal Última Hora (02/12//1964, p.4) reportagem sobre os pronunciamentos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga.



Fonte: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre RS

ANEXO B – Modelo de Ata do Grupo dos Onze

Modelo de Ata do Grupo dos Onze

Nos, abaixo – assinados, nesta data, resolvemos nos constituir um comando nacionalista, em numero de onze patriotas e escolhemos para Comandante o companheiro _____ e para Sub – Comandante, companheiro _____. O Comando Nacionalista que fundamos tem por objetivo a atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional. A sede do Comando será a residência de qualquer um de seus membros. Nesta data, resolvemos, ainda, comunicar ao DEPUTADO LEONEL BRIZOLA, a cargo da Rádio Mayrink Veiga, à rua Mayrink Veiga, 15 – Rio de Janeiro – Estado da Guanabara, a fundação do Comando Nacionalista, com os nomes e endereços de seus membros.

_____, _____ de _____ de _____.

1. (assinatura e endereço) _____.
2. (assinatura e endereço) _____.
3. (assinatura e endereço) _____.
4. (assinatura e endereço) _____.
5. (assinatura e endereço) _____.
6. (assinatura e endereço) _____.
7. (assinatura e endereço) _____.
8. (assinatura e endereço) _____.
9. (assinatura e endereço) _____.
10. (assinatura e endereço) _____.
11. (assinatura e endereço) _____.

Fonte: SZATKOSKI, Elenice (2003. P. 265)

ANEXO D- Jornal Brasil, Urgente” (29/12/1963 a 06/01/1964, p.19), Reportagem sobre os Grupos dos Onze

Grupo de Onze: Resposta da Esquerda ao Recuo de Jango

A mobilização dos nacionalistas foi intensificada com a tendência demonstrada pelo governo brasileiro de guinar para a direita. Diversas organizações estão tomando forma para unir os que trabalham isolados e não estão preparados para enfrentar as estruturas reacionárias do país.

para atender aos negociistas que queriam um “ministro maleável”.
5 — Derrubada de Dante Pelacani do DNPS.

GRUPO DE ONZE

Um dos movimentos de mobilização das forças nacionalistas foi idealizado pelo deputado Leonel Brizola e procura aproveitar a experiência popular na organização de clubes de futebol: são os Grupos de Onze Companheiros (ou Comandos Populares). Considera o criador dos Grupos que o que falta ao povo é organização. As tarefas da organização das massas populares num país muito extenso é bastante difícil. Os Grupos de Onze Companheiros devem ser formados em cada local em que haja um nacionalista. Ele irá unir a outros nacionalistas até o máximo de onze. Instruções estão sendo distribuídas a todo o Brasil e divulgadas pela Rádio Mairink Veiga, sugerindo uma primeira reunião para a escolha do líder do Grupo e a lavratura da ata respectiva.

A MOTIVAÇÃO

Os nacionalistas apoiam-se nos seguintes fatos para concluir que João Goulart decidiu abrir mão de seu apoio e encostar-se na direita:

- 1 — Desde junho líderes sindicais populares vêm enfrentando oposição de elementos ligados ao governo (pelegos), que procuram derrubá-los da direção dos sindicatos. Em meados do ano Luís Menossi foi eleito presidente da Federação de Construção Civil com o apoio de sindicalistas anti-CNTI; recentemente Olavo Previatti (Federação de Trabalhadores em Papel e Papelão) e Domingos Alvares (Federação dos Metalúrgicos) também conseguiram derrotar líderes populares (no segundo caso, com apoio ostensivo e intenso do Ministério do Trabalho);
- 2 — Enquadramento (e consequente prisão) dos líderes sindicais Plácido e Delellis na Lei de Segurança Nacional, por seu apoio à causa dos sargentos;
- 3 — Incentivo à formação de uma organização sindical que enfraqueça o CGT e a CNTI, que são de inspiração esquerdista. O assessor sindical da Presidência da República tentou a criação da União Sindical Trabalhista (com a pelegada do PTB fisiológico), dividindo as forças dos trabalhadores. O fracasso da UST levou à criação da Resistência Nacional, liderada pelo deputado Otávio Maria, de conhecidas ligações com o presidente João Goulart.
- 4 — Nomeação de Nei Galvão para o Ministério da Fazenda, depois de haver a Presidência da República acenado para as esquerdas com um ministério nacionalista. A mobilização das esquerdas para a derrubada de Carvalho Pinto foi usada pelo sr. João Goulart

OBJETIVOS

Os Onze Companheiros têm por objetivo: atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe (venha de onde vier), instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, concretização das reformas (especialmente a agrária e a urbana) e determinação de luta pela libertação da Pátria da espoliação internacional.

O Grupo organiza um sistema de avisos, de forma que todos possam estar reunidos (e unidos aos outros grupos da mesma cidade) em poucos minutos. Cerca de trezentos grupos já estão funcionando no Brasil e o noticiário de suas atividades é divulgado diariamente pela Rádio Mairink Veiga, logo após a meia-noite de cada sexta-feira. Informações escritas são distribuídas mediante solicitação à Rádio Mairink Veiga, rua Mairink Veiga, 15 — Rio de Janeiro — Guanabara.

roberto fraire

Fonte: Convento dos Freis Dominicanos de Belo Horizonte - MG

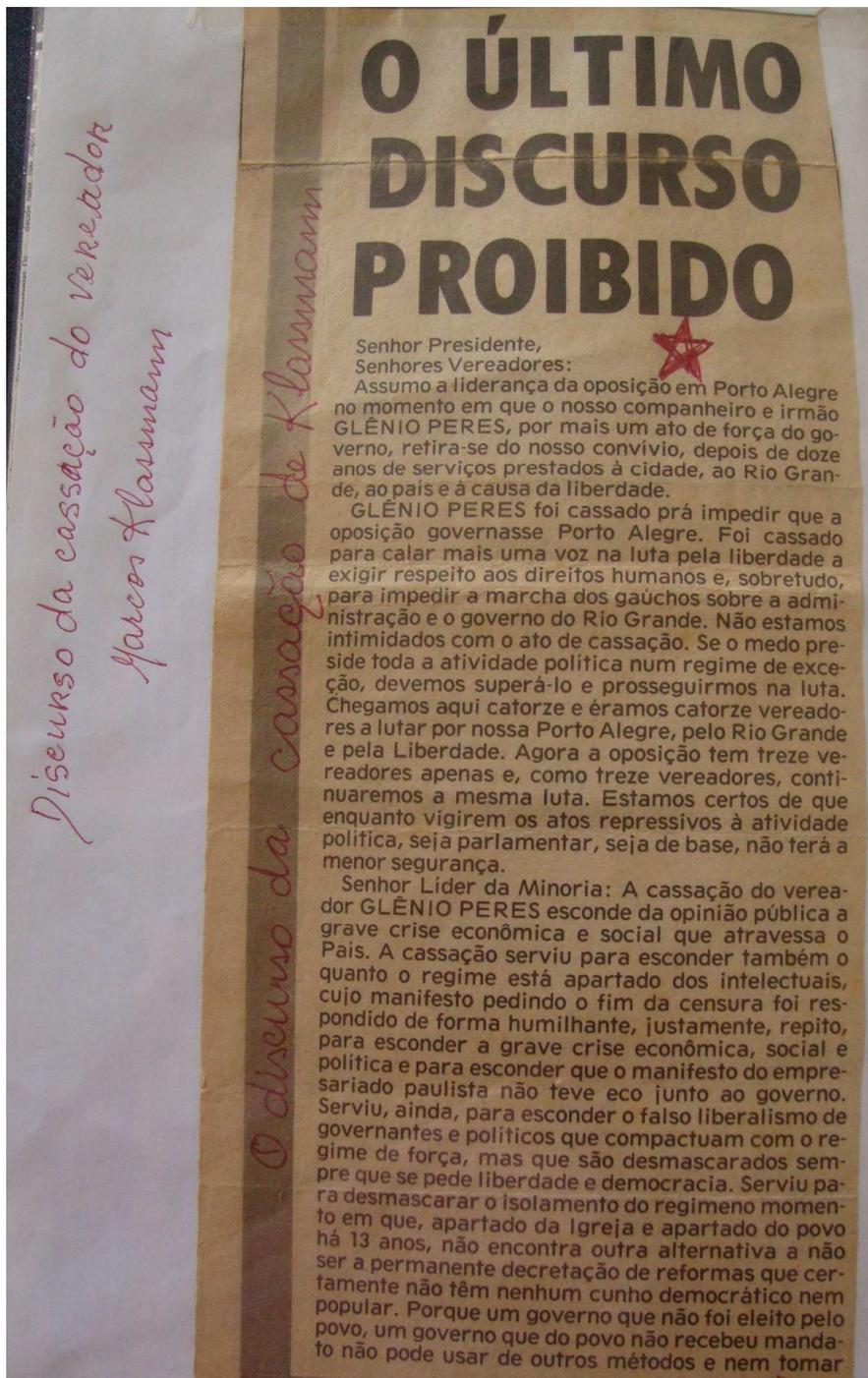
ANEXO E – O Cruzeiro. Reportagem (13/07/1964, p. 7) condenando as ações de Jango, Brizola e a formação dos Grupos dos Onze

Jânio e Brizola estavam ligados

ESSA carta é datada de 28 de fevereiro, de sorte que, pelas informações nela contidas, o movimento armado de Brizola *deveria eclodir dentro de 60 dias, ou seja, a 1.º de maio*. A carta fala, também, em Atas, e é chegado o momento de esclarecer aos leitores que de cada reunião dos "Grupos de Onze" era feita uma Ata, cujos termos, segundo modelo impresso distribuído fartamente por todo o País, era o seguinte: "Nós, os 11 brasileiros abaixo assinados, constituímos nesta data o "Comando Nacionalista" (Rua... N.º... Telef...) e escolhemos para líder e comandante o companheiro..... Nesta data estamos, também, comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas do nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento do Presidente Getúlio Vargas. (Seguem-se as assinaturas dos 11.) Outra carta, de Paraíso do Norte, Paraná, datada de 14 de março, diz: "Venho por meio desta solicitar sua Excelência resposta de minha última carta, com os dados do "Grupo de 11", que ainda não tive resposta, e, também, sobre as munições que se acham na residência do Gerente. Grato pela atenção (a) Luiz Francisco Gomes".

Fonte: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre RS

ANEXO F – Discurso de cassação de Marcos Klassmann



Fonte: Acervo particular da família de Marcos Kalssmann

ANEXO G – Fotografia de Leonel Brizola em Lajeado em fins dos anos 50



Fonte: Acervo particular da família de Darci Corbellini

ANEXO I – O Informativo do Vale de (02/10/1977, capa). Reportagem “Brizola em Lajeado”



Fonte: Biblioteca Municipal de Lajeado - RS